

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Antropologia



Dissertação

Lembrar é resistir:

Uma etnografia com a AUSSMPE – Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas.



Rosi Marrero Duarte

Pelotas, 2017

Rosi Marrero Duarte

Lembrar é resistir:

Uma etnografia com a AUSSMPE – Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Turra Magni

Pelotas, 2017

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

D8128 Duarte, Rosi Marrero

Lembrar é resistir : uma etnografia com a AUSSMPE -
Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de
Pelotas / Rosi Marrero Duarte ; Cláudia Turra Magni,
orientadora. — Pelotas, 2017.

90 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação
em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas,
Universidade Federal de Pelotas, 2017.

1. Loucura. 2. Memória. 3. Imagem. 4. Redes de
confinamento. I. Magni, Cláudia Turra, orient. II. Título.

CDD : 301

Rosi Marrero Duarte

Lembrar é resistir:

Uma etnografia com a AUSSMPE – Associação de Usuários dos Serviços de Saúde
Mental de Pelotas

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data de defesa: Pelotas, 30 de agosto de 2017.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Claudia Turra Magni (Orientadora)
Doutora em Antropologia Social e Etnologia pela Ecole des Hautes Études en Sciences
Sociales

Profa. Dra. Ana Paula Müller de Andrade
Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Francisco Luiz Pereira da Silva Neto
Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

À memória de Vanilda.

Agradecimentos

A todos os integrantes da Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas, por terem me acolhido e depositado tanta confiança. Companheiros e companheiras que tornaram possível essa pesquisa.

A minha orientadora, Claudia, por ter aceitado conduzir esse estudo, apresentando os encantos da antropologia da imagem, fundamentais para esta etnografia. Pela sensibilidade e generosidade em me auxiliar na descoberta do universo de pesquisa.

A Ana Paula e ao Francisco, por todas as contribuições feitas na qualificação da pesquisa e por aceitarem compor a banca examinadora desta dissertação.

Aos colegas de mestrado, aos integrantes do GRAPETI, aos professores e demais trabalhadores do PPGAnt, por todos os encontros com proza e café.

Ao Hamilton e ao Guilherme, sempre dispostos a ajudar, fazendo do LEPPAIS um laboratório receptivo.

Aos trabalhadores e usuários da UBS N. Sra. de Fátima, que sempre torceram por esta conquista.

Aos amigos e familiares, por suas mensagens carinhosas no período que estive ausente.

A minha mãe, Marlesi, e a meu irmão, Maicon, pelo apoio e amor incondicional. Ao meu pai, Delanir, que mesmo não estando mais entre nós, teve forte influência para essa realização. Aos meus sobrinhos, Yago e Marina, por entenderem as ausências da dinda, aproveitando intensamente os poucos momentos que tinham comigo. Amo vocês.

A Aline e a Taís, pela torcida animada, por estarem sempre presentes.

A Aline Fonseca e a Marta, pela parceria e por terem me incentivado a ingressar no mestrado.

Ao Glênio, por seu olhar sensível nas filmagens, por compartilhar seu saber em conversas sempre agradáveis.

A Angelita, que desde o início da caminhada esteve junto, apoiando em cada etapa, pela incansável dedicação e amizade.

A Andressa e a Claudinha, por caminharem lado a lado, nos piores e melhores momentos desta trilha. Colegas que se tornaram amigas para vida.

“A Loucura enuncia para a sociedade verdades insuportáveis”.
Antonin Artaud

Resumo

DUARTE, Rosi Marrero. Lembrar é resistir: Uma etnografia com a AUSSMPE – Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas. 2017. 90f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

Este estudo apresenta a etnografia com a AUSSMPE – Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas, a partir das experiências compartilhadas, sobretudo com base na produção imagética realizada junto a este coletivo. Tem como pano de fundo o questionamento sobre a permanência do modelo manicomial para internações psiquiátricas no município de Pelotas, apesar da reforma psiquiátrica e das novas diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS preconizarem o cuidado em saúde mental em liberdade. A partir dos desdobramentos junto a AUSSMPE, percebendo-os enquanto coletivo de militância na luta antimanicomial, compreendemos as relações de força estabelecidas no campo e, por fim, contribuimos para a composição da memória da loucura neste território. Os desdobramentos apontaram dispositivos importantes no campo, sendo: a música, o desenho, a fotografia e o experimento vídeo/amador, habilidades em desenvolvimento pelos interlocutores, dadas como ferramentas para produção etnográfica.

Palavras-chave: Loucura, memória, imagem, redes de confinamento.

Abstract

DUARTE, Rosi Marrero. Remember and resist: An ethnography with AUSSMPE – Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas. 2017. 90f. Dissertation (Master in Anthropology) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

This study presents the ethnography with the AUSSMPE - Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas, based on the shared experiences, especially on the basis of the imagery produced together with this collective. Has as background the questioning about the permanence of the manicomial model for psychiatric hospitalizations in the Pelotas city, despite the psychiatric reform and the new guidelines of the Sistema Único de Saúde - SUS to advocate the mental health care in freedom. From the outspread of the AUSSMPE, perceiving them as a militant collective in the anti-manicomial conflict, we understand the strenght relationships established in the field and, finally, we contribute to the composition of the memory of madness in this territory. The outspread showed important devices in the field, as: the music, the drawing, the photography and video/amateur experiment, skills about developed by the interlocutors, given as tools for ethnographic production.

Keywords: Madness, memory, image, confinement networks.

Lista de Abreviaturas e Siglas

AUSSMPE	Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas
SUS	Sistema Único de Saúde
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
RAPS	Rede de Atenção Psicossocial
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
HEP	Hospital Espirita de Pelotas
UBS	Unidade Básica de Saúde
LEPPAIS	Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som

SUMÁRIO

1. A ESCOLHA DE UM TEMA DIFÍCIL.....	13
2. O CENÁRIO EM CONTEXTO E OS CAMINHOS INICIAIS PARA A ETNOGRAFIA.....	19
2.1 DO OUTRO LADO DO MURO.....	23
2.2 UM RITORNELO: O REENCONTRO COM OS EXPERIENTES E A REDEFINIÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA.....	31
2.3 AUSSMPE: O MERGULHO ETNOGRÁFICO.....	34
3. “LOUCOS DE ATAR”: UMA ETNOGRÁFIA DA RESISTÊNCIA.....	57
3.1 A AUSSMPE E AS MANIFESTAÇÕES FORA TEMER.....	61
4. POR UMA ANTROPOLOGIA COMPARTILHADA.....	65
4.1 CINE MENTAL.....	68
4.2 PIUÍ: O TREM APITOU.....	72
4.3 OFICINAS DE VÍDEO-CARTA: RESTITUIÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PORVIR.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85

1 A escolha de um tema difícil

Começo por tentar explicar, a mim mesma, inclusive, o porquê da escolha de um tema “difícil” para a pesquisa. Debora Diniz elucida sobre esta escolha¹, de como pesquisar temas que nos comovem, apontando como exemplos de temas “difíceis”, a violência contra a mulher, o aborto, o encarceramento, o adoecimento, etc. De forma sucinta, ela aponta caminhos: o autoconhecimento – aproximar-se somente daqueles temas que afetivamente sejam possíveis de serem transformados em seus, em parte de sua vida; a capacidade de aproximar-se da dor do outro de modo integral, visto que não existe neutralidade; a escuta atenta do testemunho de sofrimento, sem tomar a dor como sendo sua, apesar da intensidade do encontro com o interlocutor. O papel do pesquisador, segundo a autora, é o de disparar a potência do conhecimento para a transformação.

Dada as contribuições de Debora Diniz para a questão colocada, pus-me a pensar sobre desde quando me acompanha a vontade de estudar as redes de confinamento, e se me conheço o bastante para estar mergulhada neste campo, que é tensionado fortemente pelas relações de poder e pelo sofrimento humano.

Em muitas fases da vida me senti provocada a questionar situações de privação de liberdade. No início da graduação em Serviço Social, fiz um semestre de observação curricular no albergue noturno de Pelotas. Na época, o estabelecimento ainda agregava

¹ Vídeo intitulado: Sofrimento com o tema de pesquisa. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?time_continue=3&v=AxurdLCI_rk

um abrigo de “alienados” (assim era referido por alguns trabalhadores) para pessoas em situação de rua que portavam transtornos mentais, estes eram internos compulsórios.

No período das dezenove horas da noite às sete horas da manhã, o albergue noturno tinha sua rotina, oferecendo alimentação, banho, roupas e dormitórios para as pessoas vivendo em situação de rua, dadas as exigências: não portar ou estar sob o efeito de álcool e/ou outras drogas, limite de pertences na entrada e proibição para permanência de animais de estimação nas dependências do estabelecimento. Regras institucionais que me inquietavam demasiadamente, por coibir a diversidade e a afetividade dos usuários do serviço.

Foram muitas as situações presenciadas ali que me causaram desconforto, a permanência de pessoas com adoecimento mental em um local sem o mínimo de estrutura para cuidado adequado era a situação que mais me comovia e revoltava. Após algumas tentativas de diálogo com a equipe de trabalho do local e com gestores municipais, sem ter tido retorno positivo para melhorias no serviço, a estratégia foi transformar o relatório de observação em documento para notificação no Conselho Municipal de Saúde do município.

O albergue noturno de Pelotas não agrega mais o antigo abrigo. Atualmente, o serviço prestado para pessoas com adoecimento mental vivendo em situação de rua chama-se Pensão Assistida, sendo este um abrigo institucional da Prefeitura Municipal de Pelotas que acolhe pessoas com mais de 18 anos encaminhadas pelo Ministério Público, o serviço é gerenciado pelo SUAS – Sistema Único de Assistência Social.

Neste mesmo período inicial, ainda na graduação, passo a buscar coletivos que compartilhavam das mesmas inquietações intelectuais, participando de grupos de estudo temáticos: práticas abolicionistas, movimentos sociais, análise institucional e esquizoanálise. Destes coletivos, caminham lado a lado, ainda hoje, companheiras de luta, tanto no meio urbano, quanto no meio rural. Com elas me fortaleço, e me sinto multidão.

Todavia, é importante ressaltar que se a formação em Serviço Social me aproximou de campos de estudo e trabalho nos quais mergulhei e que me encantaram, também me fez pensar devido ao caráter intervencionista com o qual a profissão é condicionalmente conduzida. A ação técnica esperada de uma assistente social é a de

transformação da realidade, os campos de atuação para o serviço social são geralmente na operacionalização de políticas públicas, colocada assim, por vezes a contradição na prática profissional, que funciona como agente do Estado, operando políticas públicas que não dão conta da real demanda social da população, e/ou até mesmo marginalizam os mais vulneráveis. Deste sufocamento, veio a necessidade de respirar outras teorias, buscando na antropologia oxigênio para dar continuidade à caminhada.

Trazer essas primeiras experiências é necessário para fazer a reflexão sobre a escolha do tema, pois somos resultado dos nossos encontros. Não consigo imaginar comprometer-me com um tema de pesquisa que não me afete, não me comova. Só consigo analisar, produzir e transformar questões com as quais me sinta engajada.

O estudo aqui apresentado tem como fio condutor a temática sobre a loucura e as redes de confinamento. Tendo como coluna a narrativa imagética, que deu sustentação para construção desta análise, na qual se questiona e denuncia a permanência do modelo manicomial no que tange a internação psiquiátrica. A delimitação territorial para esta busca foi a cidade de Pelotas - Rio Grande do Sul.

A problematização deste tema concerne ao modo como o confinamento institucional opera sobre o corpo/memória das pessoas que foram institucionalizadas, atentando ainda para a questão de como a reutilização do espaço manicomial habita o imaginário dos ex-internos.

Para entender este contexto me foi apresentado Maurice Halbwachs que, em sua obra “Memória Coletiva”, elucida que este conceito é pautado na continuidade e, por isso deve ser compreendido sempre no plural (memórias coletivas). O autor afirma ainda que a memória de um indivíduo ou de um país estão na base da formulação de uma identidade, onde a continuidade é vista como característica marcante.

A ideia inicial de pesquisa se deu motivada por experiências cotidianas de trabalho junto aos usuários de saúde mental e seus familiares, na UBS - Unidade Básica de Saúde, onde atuo há oito anos como Assistente Social e supervisora de campo em Serviço Social.

O interesse em aprofundar os estudos sobre a temática da loucura e as redes de confinamento, aumentava conforme conhecia mais das vivências dos usuários de saúde mental e percebia a carência de etnografias que partissem de narrativas de pessoas que passaram pelo confinamento.

O desejo de pesquisar a temática partiu de questionamentos disparados ainda em consultório, junto aos usuários que comigo compartilharam sua dor. Das vezes que ouvi: 'prefiro não lembrar dessa época' - períodos de internação com eletrochoque no antigo Roxo/Clinica Olivé Leite - ou que não ouvi nada, mas percebi um visível desconforto no depoente, surgiu o questionamento: que movimento ou antimovimento poderá ainda garantir a efetivação da reforma psiquiátrica para dar fim à internação que obrigue ao confinamento e a técnicas de tratamento que ferem os direitos humanos?

Sobre as técnicas de tratamento psiquiátrico, Daniela Arbex (2013, p.51) relata em seu livro *Holocausto Brasileiro*: "A intervenção cirúrgica no cérebro para seccionar as vias que ligam os lobos frontais ao tálamo era recorrente no Colônia. Embora tenha sido considerada uma técnica bárbara da psicocirurgia, a lobotomia ainda é realizada no país". A autora utiliza o termo *deserdados sociais* (2013, p. 27) para referir-se às pessoas que chegavam nos vagões lotados do trem à cidade de Barbacena/MG, para serem esquecidos no Hospital Colônia. Conforme os registros o cenário era igual ao de um campo de concentração nazista, as pessoas eram confinadas pelos mais diversos motivos: por serem desobedientes ou somente indesejados por algum grupo privilegiado, na maioria dos casos sem diagnóstico de doenças mentais.

Quando me refiro à escuta das narrativas dos usuários² e ao de afetar-me pelos seus silêncios, é aos detalhes não discursivos a que me detenho.

Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível. (FAVRET-SAADA, 1990, p. 160).

² Este termo é utilizado por profissionais da saúde pública para se referir adequadamente à pessoa em atendimento no serviço, substituindo os termos: clientes, pacientes, estes mais utilizados para indicar internação hospitalar.

Acredito que o estudo etnográfico aqui apresentado traz elementos importantes para o entendimento de como se dá a organicidade de coletivos frente aos desafios da reforma psiquiátrica, uma vez que a temática da loucura vem sendo analisada geralmente a partir da lógica institucional (gestor, trabalhador, profissional em saúde) ou sob uma perspectiva técnica, com indicadores quantitativos e/ou qualitativos e não a partir da narrativa/performance dos experientes.

Os experientes, neste contexto, são as pessoas que passaram por internação psiquiátrica em modelo manicomial. É a partir de suas narrativas que analisamos a permanência do modelo manicomial pós reforma psiquiátrica.

A escolha dos experientes como meus interlocutores também está relacionada ao entendimento de que é valiosa a contribuição que a perspectiva dos mesmos pode trazer para o processo da reforma psiquiátrica e foi por isso que decidi analisar o mesmo a partir de suas narrativas. Como disse um dos meus interlocutores: “o médico sabe os sintomas, a gente tem a experiência”. (ANDRADE, 2012, p.48).

Tomando emprestado o conceito de *experientes* desenvolvido por Andrade, busco despir as nomenclaturas de clientela colocadas em pessoas que portam sofrimento psíquico, percebendo-os como detentores de saber a partir de suas trajetórias.

Como estratégia para ir ao encontro dos *experientes* para este estudo, me conectei à AUSSMPE – Associação dos Usuários de Serviços de Saúde Mental de Pelotas. Como esta associação é municipal, não se fez necessária a busca por bairros ou regiões, nem tampouco, se privilegiou usuários de algum serviço de saúde específico; os contatos se fizeram a partir dos desdobramentos com a associação.

Para contemplar, as etapas do estudo explicitado, esta dissertação estrutura-se em quatro capítulos, onde:

Neste primeiro, introduzo a reflexão sobre a escolha do tema de pesquisa, identificando os disparadores que promoveram os primeiros encontros com os interlocutores.

No segundo busco apresentar as ideias iniciais para pesquisa, também as transformações e adaptações a cada novo passo. Bem como, descrever o cenário em contexto para a pesquisa e os caminhos metodológicos para a realização de uma etnografia. Demonstrando as contribuições das ferramentas oferecidas na antropologia

da imagem, sobretudo com os recursos fotográficos para a narrativa visual, da fotobiografia com acervo dos interlocutores e ainda, com os ensaios de desenho para observação em campo.

Já no terceiro capítulo percorro o caminho cartografado para a análise, almejando demonstrar como o universo de pesquisa aponta para uma etnografia da resistência.

No quarto capítulo, detalho como se deram as contribuições dos diversos sujeitos envolvidos no processo etnográfico, que evidenciou percursos para uma antropologia compartilhada. Saliendo para os resultados obtidos junto aos interlocutores, que se deram principalmente através da utilização das técnicas de experimento vídeo amador, em oficinas de vídeo-carta, também disponíveis na antropologia da imagem.

Por fim, considerando o processo vivido em campo, a avaliação dos resultados obtidos, bem como, os desafios encontrados no ato de escrever.

2 O cenário em contexto e os caminhos iniciais para etnografia.

Faz-se necessário a contextualização deste cenário para que entendamos que o dito e o não dito pelos *experientes* vão muito além da questão do direito e do acesso ao cuidado em saúde, mas antes, do direito à liberdade, do tratamento em liberdade.

O município de Pelotas oferece atualmente internação psiquiátrica no HEP – Hospital Espírita de Pelotas e na Unidade Psiquiátrica Eduardo Cortez/Hospital Beneficência Portuguesa de Pelotas, ambos com internações via SUS e internações particulares. Não são oferecidos internações (leitos psiquiátricos) em hospitais gerais na cidade, conforme previsto na reforma psiquiátrica e preconizado pelo SUS, como adequação para humanizar o cuidado à pessoa com sofrimento psíquico e aproximar a família da recuperação do mesmo. Saliento que o Hospital Beneficência Portuguesa de Pelotas é um hospital geral, porém não dispõe de leitos psiquiátricos e oferece uma ala psiquiátrica de modelo asilar, com tratamento em confinamento, de modo que os pacientes internados não são autorizados a circular nas demais dependências do estabelecimento.

Nos estabelecimentos descritos, existe um período de permanência na internação psiquiátrica sem contato com ninguém nos primeiros quinze dias (visitas), depois disso é avaliado pelo psiquiatra o tempo de tratamento em isolamento institucional. Na internação via SUS existe uma permanência máxima para tratamento de cada diagnóstico com previsão de alta. Já nas internações particulares não existe tempo máximo, havendo pacientes psiquiátricos residentes nos hospitais, com a autorização de seus familiares que custeiam sua internação permanente.

Os serviços ofertados pela Rede de Atenção Psicossocial/RAPS - entre eles, os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, CAPS AD (Álcool e outras drogas), CAPS III

(leitos para observação) e CAPS I (infantil) – mostram-se ainda deficientes como rede substitutiva em saúde mental no município de Pelotas, no que tange à internação psiquiátrica que não obrigue ao confinamento, sendo assim, os serviços de internação disponíveis ainda conservam o modelo manicomial em contradição à temática dos direitos humanos previstos na constituição federal e, estigmatizando³ os usuários de saúde mental.

Recentemente em Pelotas foi inaugurado o primeiro Residencial Terapêutico⁴; no entanto, até o momento, estão sendo oferecidas vagas somente para internos em processo de alta do Hospital Psiquiátrico São Pedro, de Porto Alegre-RS, e não para os internos psiquiátricos de Pelotas.

Os Residenciais Terapêuticos estão previstos dentro do Programa de volta para casa, para acolher as pessoas que não tiveram ou perderam vínculo com suas famílias. Está preconizado pela reforma psiquiátrica a adaptação dos municípios e fechamento efetivo das instituições de modelo manicomial. No entanto, somente isso não acabara com a cultura manicomial, tendo em vista que a adaptação oferece uma substituição à hospitalização/confinamento, mas não encerra por si só com práticas asilares, nem tampouco implica em (des)institucionalização imediata dos internos.

Recentemente a prefeita de Pelotas, em entrevista ao jornal local, afirmou a importância de manutenção ao HEP, prevendo a destinação de novos investimentos de recursos públicos para esta entidade. Essa posição da gestão do município coloca a dificuldade em avançar na reforma psiquiátrica, tendo em vista que os gestores desconhecem ou boicotam as portarias norteadoras para o cuidado em saúde mental, que implica no fortalecimento da RAPS e não de financiamento público para manutenção de instituições arcaicas.

O presente estudo tem como pano de fundo a temática da loucura e das redes de confinamento, na perspectiva da memória, levando em consideração as

³ “Um estigma é então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, embora eu proponha a modificação desse conceito, em parte porque há importantes atributos que em quase toda a nossa sociedade levam ao descrédito”. (GOFFMAN, 1975, p. 13).

⁴ São casas SUS (abertas) com suporte de equipe técnica em saúde para o cuidado de usuários que passaram por longas internações no modelo asilar, acarretando em adoecimento, perda de autonomia e dissolvimento de seus vínculos familiares e afetivos.

particularidades do município de Pelotas, aonde a permanência de instituições de modelo manicomial ainda se faz, mesmo após a implantação da reforma psiquiátrica no país, que preconiza o cuidado em saúde mental em liberdade. E ainda, da forte expressão de enfrentamento desse modelo, identificando as organizações geradas pelos ativistas da reforma psiquiátrica neste cenário, incluindo trabalhadores da área de saúde mental, mas principalmente um protagonismo dos coletivos organizados de usuários de saúde mental e seus familiares.

A dificuldade em acessar documentos, e em realizar visitas às instituições manicomiais ativas na cidade, dada suas proibições institucionais, influenciaram para que a atenção fosse dirigida aos ex-internos.

De metaleira⁵ à mentaleira⁶ e do serviço social à antropologia, foram alguns encontros e desencontros que me provocaram a escolha de um tema difícil, de querer ouvir o depoimento de sofrimento, mas não só este, de querer ouvir, ver e sentir as narrativas vivas do Outro.

Partindo desta ideia, da invenção do outro e da análise de nossa implicação nos processos vividos, sejam de observação ou de intervenção direta, Tereza Caldeira (1988), em “Presença do autor e a pós-modernidade na Antropologia” mostra o perigo do autor se ausentar do texto.

Caldeira elucida que o autor que se isenta no texto, perde a possibilidade de fazer a crítica cultural, mesmo que o autor radicalize a narrativa-relato do outro, colocando-o como protagonista, ainda assim só haverá margem para interpretação do leitor, sem a contextualização e problematização do observado. A questão da coautoria parte de polivocalidade e não de ausência da análise do observador/pesquisador.

A autora nos diz que reproduzir “pós-modernisticamente” falas e mais falas não permite criar uma perspectiva na qual a relação do antropólogo com essas falas seja clara. Segue fazendo uma crítica à antropologia clássica - presença excessiva do

⁵ Mesmo sendo um termo considerado pejorativo - criado para intitular os apreciadores (headbanger) do estilo musical Heavy Metal (variável do rock in roll) - o utilizo aqui para criar uma cena temporal, remontando uma característica forte na minha adolescência.

⁶ Nome popularmente utilizado para caracterizar pessoas militantes no movimento de luta antimanicomial.

analista - e ao que a antropologia crítica deveria procurar, demonstrando a insuficiência de análises em produções pós-modernas.

Caldeira afirma que é necessária uma presença crítica, que considere a relatividade e o jogo de poder presentes na pesquisa antropológica, que a experimentação deste campo de forças dará os elementos críticos e políticos para análise. Salaria que o estilo do texto se define em função do objeto e do tipo de análise que se pretende, e que talvez seja da consciência dessa flexibilidade mais do que de receitas textuais que o pesquisador necessita. E complementa dizendo que faz parte do novo papel do antropólogo/autor a busca do estilo que melhor se adapte aos seus objetivos, a definição crítica desses objetivos, e a responsabilidade pelas suas escolhas.

Considerando as contribuições da autora, busco um equilíbrio entre análise crítica de autoria e polivocalidade, admitindo que ainda não consigo definir um estilo textual. Porém defendo uma posição de produção do conhecimento compartilhada.

Acredito que o compromisso ético-político no estudo etnográfico, se dá em perceber e dar visibilidade ao que Rafael Victorino Devos (2007), bebendo do referencial teórico de Roberto Cardoso de Oliveira, chama de as “três esferas”, ou seja, perceber as relações de força existentes entre a micro, macro e meso-esfera ética, buscando uma dialogia no tecido social, com as tensões existentes entre a base dos grupos sociais (micro), os interesses comuns – universalistas (macro) e os interesses do Estado (meso).

Sendo a análise antropológica parte integrante do projeto moderno, o antropólogo deve inevitavelmente incorporar a tensão entre sua formação intelectual e sua exposição a visões dissonantes do mundo. Nessas circunstâncias, não é surpreendente constatar que as inquietações éticas e políticas do exercício etnográfico, em vez de serem solucionadas com a maturidade do pesquisador, tendem a crescer. (FONSECA, 2008, p.40).

Em concordância com o que nos diz Claudia Fonseca, assumo que minhas inquietações cresceram a cada dia em campo, as motivações para o exercício etnográfico são a curiosidade e o engajamento, ou seja, a vontade de conhecer sempre mais do campo e estar mais próxima dos interlocutores, misturada à afirmação de uma militância, na defesa de um ideal libertário que é coletivo. E com isso a intensão de

estabelecer uma relação rizomática em campo, ansiando firmar um compromisso ético-estético-político com os interlocutores/participantes na composição etnográfica.

Portanto, a abordagem se fez conforme a vivência/experimentação em campo e a aceitação dos sujeitos envolvidos; com a utilização de registro fotográfico, diário de campo e roteiro para as abordagens. A sistematização foi feita com a classificação do material audiovisual e fotográfico produzido, combinado ao registro textual que trouxe os perceptos das narrativas orais, performáticas e imagéticas.

O devir criativo me foi apresentado em campo, os interlocutores me mostraram as ferramentas através de suas habilidades artísticas, me convidando a mergulhar em suas atividades de teatro, cinema, desenho e música, sugerindo, além disso, ensaios de vídeo amador a partir de suas performances, aonde expressam suas experiências e seus desejos. Apontam um campo potente para a produção de conhecimento desta etnografia, bem como a possibilidade de restituição continuada aos interlocutores.

Com a proposta metodológica construída junto à AUSSMPE, estabelecemos uma relação próxima ao que Jean Arlaud ⁷ aponta para uma antropologia compartilhada, entendendo que esta etnografia não é sobre os *experientes*, mas com eles. Isto implica nesse consentimento por parte de quem participa, pois eles sabem que são parte de uma produção coletiva e para um coletivo.

2.1 Do outro lado do muro

Do outro lado do muro é o lugar intersticial em que a etnografia aconteceu, sendo o lado de fora da instituição manicomial o cenário possível para este estudo.

⁷ Ver vídeo entrevista: O cinema é como uma dança. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/biev/>

Ouvir o relato de quem passou pelo confinamento manicomial e hoje vê o estabelecimento pelo lado de fora do muro, me provocou a pensar: O que os espaços asilares desativados projetam na estética de um território? E que lugar é esse que os *experientes* ocupam na composição dessa paisagem e no imaginário social?

Conforme elucida Ana Cristina Souza (2015, p. 297) no livro intitulado *Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais*: “A cultura material e, neste caso específico, a paisagem não apenas transmitem mensagens sociais, mas as recebem e processam, dentro de um código de significados compartilhado pelos indivíduos”.

A partir do contato com os primeiros interlocutores, fui impactada com a intensidade dos relatos dos ex-internos da extinta Clínica Olivé Leite, que traziam detalhes semelhantes em suas narrativas orais, como a descrição do espaço e o tratamento quando internados, e também do desconforto em revisitar o local. No período inicial do estudo de campo, foi necessário buscar mais informações sobre a extinta clínica, bem como sobre duas outras instituições que oferecem internação psiquiátrica no município atualmente: o Hospital Espírita de Pelotas – **HEP** e a **Unidade Psiquiátrica Eduardo Cortez** / Hospital Beneficência Portuguesa de Pelotas. Ambas estão presentes nos relatos dos interlocutores. Ao longo do texto, apresento as estratégias adotadas para a busca de informações junto a estas instituições e os resultados obtidos, considerando os rumos da pesquisa, assim como a necessidade – ou não – de submeter o projeto a um comitê de ética em saúde.

Durante o ano de 2015 busquei diretamente, em visitas e via telefone, informações junto à estas instituições. Foram muitas tentativas frustradas para autorização de acesso ao acervo e à visita do HEP e da Unidade Eduardo Cortez.

Na Unidade Eduardo Cortez, depois de algumas ligações, foi agendada uma visita guiada. No entanto, quando cheguei na instituição, fui informada de que o responsável havia cancelado. Após duas tentativas de reagendar a visita, meu pedido foi negado, com a justificativa de que somente alunos com vínculo de estágio com a instituição teriam acesso.

No HEP também não foi possível acesso, depois de muitas ligações, que passaram por muitos ramais e algumas tentativas sem sucesso com a recepção no local. Optei, então por inscrever-me em uma jornada de palestras que a instituição

estava oferecendo para angariar fundos, intitulada: A loucura na ciência e na cultura atual.



Fotografia da fachada HEP

A jornada durou três dias. Não foi fácil permanecer na atividade. Além dos discursos irem contra as minhas convicções, as tentativas de conhecer melhor a instituição foram fracassadas. As palestras aconteceram no auditório da instituição, que fica na parte da frente, separada por muros altos do restante do hospital. Nos intervalos quando tentava circular no entorno do auditório, sentia-me vigiada permanentemente pelos guardas; as únicas duas entradas que dão acesso ao interior do hospital são pela recepção e pelo portão de ambulâncias.



Fotografia do auditório aonde foi realizada a Jornada

Apesar da sensação desconfortável, foi uma experiência importante para o estudo etnográfico. A observação do local, atenta para o detalhes, rendeu uma descrição densa no diário de campo. E o colocar-me como pesquisadora/estudante de antropologia em um cenário estranho foi um desafio para pensar os caminhos da etnografia.

No último dia da Jornada, pedi a uma trabalhadora se ela poderia me receber um dia, para me mostrar um pouco da instituição; ela disse que sim, que eu deveria ligar para agendar. Uma semana após a Jornada foi agendada a minha visita, mas quando cheguei na hora marcada, o recepcionista anunciou por telefone e me disse para aguardar. Depois de 40 minutos de espera, fui informada pelo recepcionista de que a trabalhadora não poderia me receber. Neste dia foi minha última tentativa de buscar informações em instituições psiquiátricas ativas. Percebendo que o foco não era uma investigação institucional e que não seria possível acessar o interno para busca de relato, decidi concentrar energia no campo potente, tendo nas ações e nas festividades promovidas *por e com* usuários de saúde mental em liberdade, as possibilidades de acessar os interlocutores almejados.

A busca por dados das instituições se fez ainda na biblioteca pública pelotense, no setor de fundo de entidades e na biblioteca da Universidade Católica de Pelotas. Na primeira, encontrei somente registros do HEP, referentes a documentos

administrativos, sem relevância para este estudo. Na segunda, somente documentos de acervo do médico Sérgio Olivé Leite (que foi docente na UCPEL), constando como diretor da extinta Clínica Olivé Leite, cujos conteúdos também são sem relevância para este estudo.

As demais buscas que apresentam algum dado aproveitado, foram via internet em sites das instituições ativas e em trabalho de conclusão de curso, para extinta Clínica Olivé Leite, de autoria de Chéli Nunes Meira, com a qual tive oportunidade de troca, após conhece-la em uma exposição de sua pesquisa no mercado público de Pelotas. Na época, eu estava fazendo a disciplina de Teoria I em antropologia como aluna especial e ensaiava pesquisar a temática da loucura. Chéli compartilhou seu TCC comigo e trocamos alguns e-mails quando ela retornou para sua cidade, sua contribuição foi importante para elaboração do projeto de pesquisa.

A partir dos dados apresentados ao longo do Trabalho de Conclusão de Curso de Chéli Nunes Meira (2012), “Clínica Olivé Leite: História oral e memória em uma narrativa do médico psiquiatra Dr. Sergio Olivé Leite”, apresento breve histórico da extinta clínica no parágrafo que segue:

Em 1931 os psiquiatras Franklin Olivé Leite e Avelino Costa dão início a uma sociedade, compram o antigo Hospital geral Dr. Velloso e inauguram o Sanatório Dr. Henrique Roxo, o nome foi homenagem ao professor e orientador Henrique Belford Roxo. Mais tarde, em 1938, Franklin constrói um hospital próprio (próximo ao sanatório), especializado em psiquiatria, um espaço amplo na avenida Fernando Osório, e neste novo local dá continuidade ao serviço. Em 1949 Avelino Costa traz de Chicago para Pelotas a técnica de eletrochoque. Em 1971 com a morte de Franklin, seu filho Sergio Olivé Leite, com auxílio de suas duas irmãs, toma frente à gestão do estabelecimento. A troca do nome para Clínica Olivé Leite se dá neste período, para oficializar a sociedade entre os filhos de Franklin Olivé Leite. A clínica funcionou com recursos SUS até 2003. Em 2004 sem conseguir adaptar-se e renovar novos convênios financeiros, a clínica fecha suas portas, na ocasião já não havia mais internos.

Com o fechamento da instituição, os equipamentos e demais materiais foram doados para o pronto socorro de Pelotas, deixando a salvaguarda da documentação institucional, inclusive os prontuários, sob a responsabilidade do Hospital Universitário São Francisco de Paula / UCPEL.

Atualmente, no local da extinta clínica funciona o ambulatório de especialidades Olivé Leite – Campus da saúde vinculado à UCPEL. O nome permaneceu, porém não se evidencia qualquer vínculo com a família. O ambulatório é uma unidade escola com cobertura SUS na sua totalidade, portanto, sem convênios e atendimentos particulares, oferece entre outros serviços, atendimento psicológico e psiquiátrico.



Corredor de entrada Ambulatório de Especialidades Olivé Leite

Apesar do atual serviço não ter seu atendimento no modelo manicomial, o espaço ainda apresenta resquícios do antigo sanatório; é possível ver na estrutura de alguns prédios: grades nas portas, canaletas de escoamento para urina no chão e olho mágico invertido nas portas; além do longo corredor de entrada, que isola o estabelecimento do fluxo da cidade. Como diz Magnani, referindo-se à cenários marcados por contextos de violência, aqui também “Estava em pauta uma proposta de eliminar aquela ‘ferida’ no tecido urbano” (MAGNANI 2013, p. 5). As pessoas que passaram por internação no antigo sanatório, ou até mesmo em outros, relatam que consultar no local pode ser desconfortável, dada a dificuldade em lidar com as lembranças do período de confinamento.



Interior dos consultórios Ambulatório de Especialidades Olivé leite. Detalhe para olho mágico na porta.



Jardim interno Ambulatório de Especialidades Olivé leite

Do lado de fora do muro, agora, o sujeito passa a carregar sua sentença, o estigma estará marcado no seu corpo, entendendo que a loucura não é uma elaboração biomédica, ela é uma construção social, classificada como doença pela medicina.

Por este viés de pensamento, percebo a contribuição de Edward W. Said (1990), em sua obra: *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*, em que amplia a questão, quando compreende as relações de poder dentro de um nível de objetivação, apontando para os sistemas de classificação, como: a arte, a política, as teorias, etc. de como estas conduzem a visão de mundo, inclusive sobre o Oriente, o autor pensa a partir de um constructo social.

Said trabalha o conceito de hegemonia como ato baseado por um conhecimento daquela realidade, por isso, justificada, legítima e constituída de poder, mas não um poder direto. As produções deste autor provocam a fazer uma análise de implicação nos processos, de como produzir uma relação - interlocução com esse outro, que é diferente, sem a imposição de poder, a partir da posição do antropólogo, por exemplo. A obra de Said pode causar desconforto, pois obriga o leitor a olhar para si mesmo, e a pensar: a partir de quais referências inventamos o outro?

Falamos a partir de um lugar, de um conjunto de ideias, para compreender as relações de força estabelecidas em cada campo, devemos focar nas linhas que tencionam o poder, as culturas estão nessas linhas.

Também Homi Bhabha corrobora para reflexão em ensaio aqui apresentada. A leitura da obra: *O local da cultura*, demanda do leitor a colocar-se, tal como faz o autor, em um entre-lugar; Bhabha nos provoca a ocupar este lugar intersticial que não está, a princípio, demarcado. Exercício difícil, tendo em vista que estamos acostumados a ocupar lugares pré-definidos pela nossa inserção teórico-política.

A proposição do autor, através de suas instigantes reflexões ao longo de todos os capítulos da obra, é demandar uma revisão radical da temporalidade social na qual as histórias emergentes possam ser escritas, e tal revisão demanda, por sua vez, a rearticulação do signo no qual possam se inscrever identidades culturais.

Admito que, estas leituras me fizeram revisar e visitar minhas intenções enquanto pesquisadora diversas vezes, instigando-me a pensar sobre minha implicação no campo, da dificuldade em colocar no texto meus perceptos e afectos de forma crítica, e principalmente, de perceber a tendência em percorrer os caminhos estabelecidos, não vislumbrando inicialmente os caminhos intersticiais no campo observado. Deste desconforto, surgiu a necessidade de ativar outros sentidos nesta

jornada, tendo no encontro com os experientes a possibilidade de reinvenção para a etnografia.

2.2 Um ritornelo: o reencontro com os experientes e a redefinição do universo de pesquisa.

Aqui traço os caminhos que me levaram até a AUSSMPE. Percebendo que o (re)encontro com os experientes⁸, se deu repetidas vezes, porém, mesmo entre pontos estabelecidos na rota, o encontro era sempre novo, uma repetição do diferente, como um ritornelo⁹. Na obra *Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia*, Deleuze e Guattari (1997, p. 108) desenvolvem o conceito de ritornelo como sendo:

[...] o ritmo e a melodia territorializados, porque tornamos expressivos _ e tornados expressivos porque territorializantes. Não estamos girando em círculo. Queremos dizer que há um automovimento das qualidades expressivas.

Tomando a partitura como território dos encontros com os experientes, entre um ponto e outro do ritornelo, as conexões foram infinitas, este item trata de descrever estes encontros e os perceptos produzidos.

Os encontros com os experientes se deram em muitos cenários, a vontade de pesquisa se reforçou ao ouvi-los em consultório, pois nas oportunidades que tive em ouvi-los, no período da graduação, nas ações de militância e nos depoimentos em

⁸ Para nomear os atores sociais em foco para este estudo, tomo emprestado o conceito elaborado por Ana Paula Müller de Andrade, em sua tese de doutorado - SUJEITOS E(M) MOVIMENTOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA REFORMA PSQUIÁTRICA BRASILEIRA NA PERSPECTIVA DOS EXPERIENTES. Destaco trecho: “Neste trabalho optei pela expressão experiente para me referir a estas pessoas. Tal opção baseou-se em alguns aspectos: destacar o motivo pelo qual as escolhi como minhas interlocutoras, qual seja, suas experiências no campo da saúde mental; para poder me distanciar e fazer a crítica necessária às demais expressões e seus significados e, por fim, evitar possíveis confusões comuns entre “usuários” do SUS e “usuários” de drogas”. (ANDRADE, 2012, p.47)

⁹ Também é chamado de ritornelo um trecho em uma composição que é tocado várias vezes, sendo ele notado várias vezes ou uma vez com sinal de ritornelo. Também acontece que os ritornelos não são exatamente iguais, mas variam um pouco. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ritornelo>

conferências, sentia a narrativa como denúncia, como afirmação de uma superação, e isso foi importante para meu engajamento. No entanto, foi no consultório, em atendimentos como assistente social, que ouvi o silêncio, que ouvi o choro, o ressentimento do experiente com seus familiares. Estava em uma condição diferente de escuta, havia sido escolhida para o compartilhamento da dor.

“Isso não significa dizer que uma experiência tem mais valor que outra, nem de conceder ou permitir que ela apareça com mais ou menos intensidade. Entendo que tais experiências são atravessadas umas pelas outras e só se constituem em relações de reciprocidade e também de circularidade.” (ANDRADE, 2012, p 48).

Neste sentido, conforme contribuição de Andrade, entendendo que o desejo de pesquisa emerge dessas relações de reciprocidade, necessitava buscar campo fora do espaço de consultório. Mesmo entendendo que as primeiras partilhas foram fundamentais para elaboração deste estudo, precisei desnaturalizar a relação com os experientes, no intuito de ampliar a possibilidade etnográfica, saindo de uma zona confortável para mim.

Colocar-me em campo como pesquisadora, levando em consideração que boa parte dos experientes me conhecem como assistente social – trabalhadora da saúde - não foi tarefa fácil, pois não existe manual para ser etnógrafo. Nos primeiros ensaios em campo, quando ainda tentava encontrar meu universo de pesquisa, acreditando que para obter avanços, deveria ser reconhecida como estudante de antropologia/pesquisadora, tentei exaustivamente combater a assistente social em mim. Levou um tempo, mas me dei conta que, para os interlocutores, não importava muito o título (função) com o qual me apresentava, e sim a forma como me colocava em campo. A relação e o comprometimento firmados foram o que trouxeram a conexão almejada, me surpreendendo a cada novo encontro com novas possibilidades e questionamentos, principalmente sobre as intenções de pesquisa.

Conforme davam-se os fluxos de intensidade no campo, uma coisa se confirmava, os caminhos levavam à AUSSMPE – Associação dos Usuários de Serviços de Saúde Mental de Pelotas. Desde as primeiras saídas de campo, em atividades comemorativas e ações promovidas por coletivos organizados da saúde mental, encontrei integrantes da AUSSMPE, que me falavam das conquistas e dificuldades vivenciadas na associação. O que se identifica é um protagonismo forte destes associados na linha de frente da luta antimanicomial em Pelotas. E mais: mostram-se

como forte rede de apoio a pessoas fragilizadas pelo adoecimento mental, usuárias ou não dos serviços da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS.

Na tentativa de construir uma rede de apoio para a pesquisa, inicialmente sugeri que as abordagens junto aos experientes fossem em espaços da RAPS. No entanto, conforme se encaminhavam os rigores metodológicos, se percebeu que isso iria institucionalizar a pesquisa, bem como a reformulação do projeto de pesquisa no segundo semestre de 2015, que restringia o estudo à busca de experientes da extinta Clínica Olivé Leite.

A falta de um universo preciso de pesquisa ainda me deixava confusa para a navegação. Até o início de 2016, no intuito de retirar o cenário da Unidade Básica de Saúde - UBS e os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS do mapeamento para a pesquisa, transitei em ações de rua, promovidas por grupos militantes da luta antimanicomial, sendo estas ações geralmente destacadas em atividades artísticas-culturais, realizadas em praças ou vias públicas, para o chamamento da população à causa.

Nestes circuitos se vê forte representação dos CAPS, participação de familiares e usuários, bem como de trabalhadores e gestores da RAPS. No entanto, as ações não são de nenhum serviço específico, partem de organizações autogestionárias e tem forte expressão da AUSSMPE.

Em uma dessas andanças, reencontrei o Sr. Uilson¹⁰, que entre outras atividades, produz o programa “Gente como a Gente” na Rádio Com (104.5 FM). O programa é produzido e executado por usuários da RAPS, atualmente todos os integrantes são associados da AUSSMPE. A Rádio Com classifica-se como uma rádio comunitária, tem sido dispositivo importante para expressão de ativistas de vários movimentos sociais da região. Por se tratar de uma mídia livre é receptiva a comunicar causas populares, bem como ações e manifestações de coletivos periféricos, que não encontram oportunidade nos mecanismos de comunicação da cidade, que na sua maioria atendem somente às vontades da camada elitista de Pelotas.

¹⁰ Os nomes aqui descritos correspondem aos nomes reais dos interlocutores, tendo em vista a aceitação dos mesmos para participação na pesquisa, bem como seus protagonismos no cenário regional - militância em saúde mental.

Então, conversando com o Sr. Uilson, ele me convida para participar da reunião de planejamento do programa Gente como a Gente, da Rádio Com, para “trocar uma ideia”. O endereço que ele me passa é na Organização de Sociedade Civil - OSC Gesto. Fica marcado o encontro no dia 21 de janeiro de 2016. Alguns dias antes do encontro, Sr. Uilson avisa via Messenger/Facebook que fora remarcada a reunião de planejamento, mas que estaria de qualquer forma no local e disponível para conversar.

No dia combinado vou até a OSC, como relatado em meu diário de campo:

“Cheguei as 15 horas, como combinado, Sr. Uilson já estava lá com alguns colegas seus, organizando uma sessão de cinema para logo, ele pediu que os rapazes tomassem a frente nos preparativos e não o esperassem para começar, pois iria conversar comigo. Ele me convidou para conversar em outra peça da casa, é uma ante sala, com dois computadores e dois sofás de três lugares cada, as pessoas circulavam na sala enquanto conversávamos, pois a sala dá acesso ao pátio. Ele me explicou que aquela sala estava cedida para a AUSSMPE, as outras salas, inclusive a sala multimídia (cinema) são compartilhadas com as demais atividades da OSC Gesto”

A partir desse encontro, as possibilidades de pesquisa se ampliam e se fortalecem. As reuniões de planejamento do programa de rádio acontecem quinzenalmente (terças feira) das quatorze às quinze horas. Em seguida, começa a reunião, também quinzenal, da AUSSMPE. Até aquele momento, eu não sabia que a AUSSMPE e o Programa Gente como a Gente tinham ligação, tampouco que os encontros desse coletivo eram em espaço cedido pelo OSC Gesto.

Já no primeiro encontro, a minha proposta de pesquisa foi bem recebida, e conforme os ajustes metodológicos eram feitos, junto a eles passei a ter uma rotina de encontros, em reuniões, atividades de formação, oficinas, ações/manifestações, etc.

2.3 AUSSMPE – O mergulho etnográfico

A AUSSMPE comemorou seus quatorze anos de existência, foi criada em 13 de agosto de 2002. Nunca teve instalação própria, realizando suas atividades em espaços cedidos; os locais onde permaneceu maior tempo foram: na casa dos conselhos e na

OSC Gesto. A associação é composta somente por usuários dos serviços de saúde mental, incluindo os que já deram alta dos CAPS.



Aniversário AUSSMPE no Restaurante Popular. (2016)



Produtos comercializados pela AUSSMPE. Fonte: AUSSMPE (2016)

Suas atividades são custeadas pela mensalidade dos associados, sendo o valor de três reais mensais. E ainda da venda de produtos, como botons e canetas personalizadas, e de artesanatos. Dentre as oficinas oferecidas, estão: artesanato, manicure, reflexologia podal, alfabetização e informática. São ministradas por associados e oferecidas para quem possam interessar (com prioridade para associados).

As atividades desenvolvidas pela associação são: Grupo vocal Los Lokos e Cine Mental - sessões de cinema com roda de conversa. No período da pesquisa houveram ainda dois projetos sem êxito: o grupo teatral Mosaico da Alegria, que foi cancelado por motivo de adoecimento do profissional voluntário, e o Projeto Dança das Cores, com profissional voluntário, que com três encontros, a dificuldade em encontrar espaço adequado foi um condicionante para o encerramento da atividade.

Com os integrantes da associação se deu o mergulho etnográfico, porém não os teria percebido como universo de pesquisa sem a incansável e generosa orientação da professora Claudia Turra Magni. Estimulada pela professora, tive a oportunidade de realizar alguns exercícios em campo, que ascenderam a importância do experimento etnográfico com imagens.

A seguir, para apresentar os personagens desta criação, bem como demonstrar a contribuição que as ferramentas metodológicas da antropologia da imagem ofereceram para as práticas etnográficas em campo, compartilho dois ensaios fotográficos, sendo o primeiro um exercício de fotobiografia com acervo alheio, realizado junto aos interlocutores. A fotobiografia, conforme Fabiana Bruno (2015) para representar a vida de uma pessoa como em um pequeno filme, que ela monta, desmonta e/ou remonta. Neste caso, entretanto, não se trata da vida de uma pessoa, mas do próprio coletivo.

Primeiramente, apresento o resultado da fotobiografia feita coletivamente com acervo da AUSSMPE, cuja escolha das fotos passou por várias etapas de triagem entre os integrantes da associação. A seleção final foi feita pela presidente e pelo vice-presidente, Vanilda e Ivon. As breves legendas de cada foto foram feitas pelos interlocutores. As três primeiras fotos são as consideradas de maior importância pelos integrantes.

ENSAIO DE FOTOBIOGRAFIA

Lembranças da AUSSMPE

Vanilda e Ivon

A AUSSMPE é uma Associação de Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Pelotas. É composta somente por usuários, sem intervenção direta de profissionais da RAPS – Rede de Atenção Psicossocial, não recebe apoio financeiro algum do município, seus recursos vem das mensalidades dos associados e venda de seus artigos personalizados.

Este coletivo autônomo, surgiu do desejo de pessoas em processo de alta nos CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, e na sua trajetória protagonizam ações de destaque na luta antimanicomial.

Atualmente realizam suas atividades em espaço cedido pela OSC Gesto, na rua Santos Dumont, 337. Centro.



“Na nossa sede emprestada, OSC Gesto.”



“Dia da luta antimanicomial, ato no calçadão.”



“Nós na 15ª Conferência Nacional de Saúde – Brasília.”

“Ai, escolher 10 fotos já foi difícil, essas 3 primeiras então... É que a gente tira muita foto, tu sabe! Daí pra escolher... Mas assim, essas 3 são momentos importantes, e que estamos no coletivo, né?!”.



“Fazendo o programa Gente Como A Gente, na Rádio Com – 104.5 FM.”



“No LOUCOLÓQUIO em Pinheiro Machado.”



“Nós se preparando para participar da Parada do Orgulho Louco em Alegrete.”



“Apresentação do nosso grupo vocal Los Lokos.”



“Não tá virada nada, lê a faixa atrás! No esquentá pro dia de luta antimanicomial.”



“No Mental Tchê em São Lourenço.”



“Nós na parada, foi lindo!”

O resultado apresentado se tornou um álbum de fotos da associação na página de seu facebook. O nome do álbum intitulou a fotobiografia. Embora difícil, por ter sido produzido de forma coletiva, tendo que passar pelo crivo de todos, a realização do exercício, foi provocadora para aquilo que Fabiana Bruno (2015) chama de explorar as dimensões narrativas das grafias, percebendo que existem muitas formas de narrar um acontecimento, uma história, uma vida, portanto muitas formas de composição, que não se limitam à palavra escrita.

Saliento que o endereço da OSC Gesto não corresponde mais ao apresentado neste exercício, estando ela atualmente na rua Marechal Deodoro, 504, centro. A nova sede da OSC Gesto ainda acolhe a AUSSMPE.

O segundo ensaio fotográfico acima referido foi uma narrativa visual realizada em parceria com meu interlocutor, Sr. Uilson. A proposta incentivava utilizar em campo as técnicas de fotografia aprendidas, como a de explorar a diversidade de

enquadramentos, distâncias e ângulos; pensando no encadeamento das imagens para criação de uma narrativa com personagem.

O que confere uma tal supremacia do texto e a palavra são, evidentemente, as práticas acadêmicas de sempre cuja pertinência científica jamais é posta em questão, mas também a falta de domínio de outras técnicas. Nesse caso, não se trata de buscar uma alternativa ao texto escrito, nem de provocar um 'duelo' entre texto e imagem, mas de salientar o fato de que, mesmo que o texto seja fundamental, sua associação a outras formas de linguagem não pode senão enriquecer os enunciados antropológicos. (ACHUTTI, 2004, p.94).

No entanto, nessa proposta metodológica não é objetivo extinguir o papel do tradicional texto etnográfico. Para Achutti (2004), uma narrativa textual que contextualize o assunto abordado pelas fotografias poderá vir a ser construída, desde que seja constituída isoladamente. Não como instrumento, mas como discurso: a fotografia em decorrência do próprio caráter inerentemente antropológico da imagem. Em detalhamento a esse axioma em relação à fotografia, Samain afirma (1993, p.6 apud ACHUTTI, 2004, p.83):

“Não existem fotografias que não sejam portadoras de um conteúdo humano e, conseqüentemente, que não sejam antropológicas à sua maneira. Toda fotografia é um olhar sobre o mundo, levado pela intencionalidade de uma pessoa, que destina sua mensagem visível a um outro olhar, procurando dar significação a este mundo”.

Nesta perspectiva, do encontro entre a lente da câmera e os desenhos apresentados a partir da performance do Sr. Uilson, foi possível criar uma cena. Tanto os meus esforços físicos com a câmera, para tentar dar conta dos enquadramentos necessários à apresentação dos desenhos, quanto os movimentos do Sr. Uilson, foram conduzidos por uma intenção em comum, a de narrar. Agenciados pela possibilidade da captura do evento com a câmera.

Os recursos utilizados foram: Smartphone Samsung Galaxy E5, para fotografias e vídeos (de onde as apresentações dos desenhos - textos transcritos, foram extraídos), além de caderno pequeno de anotações.

Antes de apresentar as informações adicionais e reflexões sobre o processo participativo de realização de ensaio, começo pela apresentação da narrativa visual:

Desenhos do Sr. Uilson Santos



Protagonista e autor dos desenhos e das legendas: Uilson Santos.

Fotografia e texto de abertura: Rosi Marrero

Apresentação: Os desenhos do Sr. Uilson são traços de saudade, de imagens revisitadas em sua memória, de lugares onde viveu na infância, de prédios antigos da cidade, e de outros não mais existentes, mas vivos em suas lembranças. Imagens de seres e criaturas inventadas, das quais cria histórias a partir dos desenhos, seja para brincar com os netos, ou só para existir no papel. Sr. Uilson se declara um saudosista, um bairrista. Sobre seus desenhos (técnica), ele conta pouco, mas fala sempre do sentimento em fazê-los.



Chalé azul - Memória fotográfica

“Essa aqui é a casa aonde eu nasci, não existe mais (...) essa aqui foi da minha memória fotográfica, né?”



Casa 606 - Saudosismo

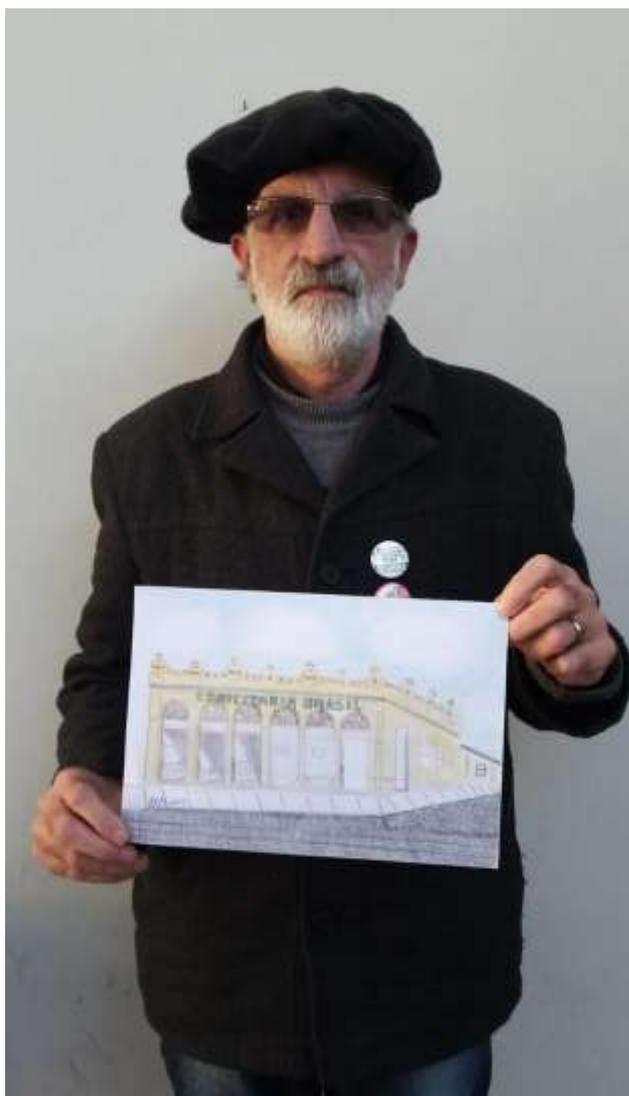
“Essa casa conta uma história da minha vida, há cinquenta anos atrás (...) essa casa ainda existe. Eu perdi minha mãe. A convite do meu tio, que morava nessa casa com a minha avó e primos, eu fui morar nessa casa. Essa casa me abrigou por dois anos. Meu pai, coitado, não tinha condições (...) essa casa

conta um pouco da minha infância, eu tinha uns nove ou dez anos (...) Os tios e avós não existem mais, a gente sabe a história, assim, só através de alguns. Eu busco essa história, eu busco muito através de outras pessoas, pra me contarem mais alguma coisa da minha vida, eu sou um pouco saudosista.”



Gruta da baronesa - Desenho fantasma

“Esse aqui é um desenho meio fantasma, né? Quem conhece bem sabe que isso aqui é lá na Baronesa [no Parque da Baronesa], no [Bairro] Areal. Eu fiz mais ou menos o desenho daquela coisa que tem lá, que é uma gruta, né? É uma gruta, ainda do tempo dos escravos, e eu tentei fazer do meu jeito, da minha maneira.”



Confeitaria Brasil – Pelotas Memória

“Esse aqui é um pouco da saudade do meu passado, essa casa não existe mais. Então através das fotos eu tirei desenhando pra folha. Essa aqui é a Confeitaria Brasil, que conta um monte de história (...) Nesse local seria uma catedral e hoje tem um Banco (...) Fiz do meu modo, pra não esquecer. Aqui passou grandes carnavais, na Rua XV de Novembro (...) Essas imagens eu tiro do Pelotas Memória¹¹, aonde nós tivemos uma pessoa aqui que era aficionada em colecionar, que foi o [Manoel] Nobre, né? Que tinha um local aonde ele fazia essas exposições, na Rua XV de Novembro, próximo à confeitaria, o Nobre era uma pessoa apaixonada pelo nosso casario (...) e eu muitas vezes passei por ali, e foi dali que começou minha ideia, assim, de fazer isso aí, né? Retratar novamente nossas casas (...) e eu fui fazendo, do meu jeito, apago e faço, apago e faço, até que sai alguma coisa assim (...) é mais pra mim, né? Porque muita gente não dá importância pra essas coisas (...) e eu fiz colorido, porque da foto que eu tirei

não tava colorido, tava preto e branco, daí como a confeitaria é Brasil, eu inventei de colocar essa cor, verde e amarelo, bem Brasil!”

¹¹ Sobre o Projeto Pelotas Memória, de Nelson Nobre Magalhães, presente na narrativa: O Quiosque da rua XV de novembro foi idealizado no ano de 1996 pelo preservacionista Nelson Nobre Magalhães, com a intenção de divulgar e preservar a memória histórico-cultural da cidade de Pelotas, por meio do Projeto Pelotas Memória. No ano de 2001 o acervo do preservacionista passou a ser disponibilizado na internet, através da parceria com a Universidade Católica de Pelotas [Laboratório de Acervo Digital]. No ano de 2007, após o falecimento do preservacionista o acervo e o Quiosque passou a ser de responsabilidade da UCPel, com o auxílio da Rede de Pontos de Cultura do Município de Pelotas. Fonte: <http://antares.ucpel.tche.br/cic/cdcic2009/pdfs/1972.pdf>



Castelo Simões Lopes - CAPS Castelo¹²

“Esse aqui eu fiz um pouco da minha cabeça, mas tirado no meu aprendizado no Retrate¹³, né? É Reabilitação Trabalho e Arte, eu comecei a fazer pintura lá. Todos os CAPS daqui começaram pelo CAPS do Castelo, que hoje se encontra em ruínas (...) a gente aprendeu a gostar de arte, a gostar do Castelo. A saudade é tanta, a vontade é tanta de ver o CAPS dentro desse local, que é um local bonito, que seria museu, mas também não é nada, tá completamente abandonado, né? Então eu fiz esse desenho baseado no que eu aprendi, eu aprendi essas coisas, e fui fazendo”.

¹² Uma intervenção urbana significativa para Pelotas foi a criação do bairro Simões Lopes, em 1914, quando a cidade ultrapassou os limites da ferrovia. O traçado regular característico da cidade foi mantido, destacando-se a chamada “cidade nova”, vila operária construída em frente à estação férrea, o campo do “Grêmio Esportivo Brasil”, fundado por Augusto Simões Lopes, duas praças públicas e sua residência. O castelo foi a primeira edificação de grande porte construída no bairro, destacando-se ainda hoje na malha urbana. A propriedade foi adquirida pela prefeitura municipal de Pelotas em 1990. Fonte: processo de tombamento e arquivos IPHAE.

<http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosDetalhesAc&item=43207>

¹³ O Retrate faz parte da rede de saúde mental, oferecendo oficinas de geração, trabalho e renda para usuários dos CAPS, incluindo os que já deram alta do serviço. O Retrate faz parte, ainda, da rede de economia solidária da região sul; tendo suas produções expostas para venda e apreciação em pontos de comercialização da rede.

Casa em ruínas – Imaginação



“Esse aqui é um desenho que eu fiz da minha cabeça, assim, pra mostrar as casas, né? No caso, nosso casario¹⁴, muitos deles hoje se encontram abandonados, quebrados, atirados, então eu fiz esse desenho pra mostrar como é uma casa antes do restauro.”

¹⁴ Pelotas possui um dos maiores acervos de estilo eclético do Brasil, em quantidade e qualidade, com 1300 prédios inventariados. Data de 1955, o primeiro tombamento realizado pelo Phan, no município. Fontes: Arquivo Noronha Santos/Iphan e IBGE. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/281>



Igreja Anglicana (Cabeluda) - Paixões

“Esse aqui é outro desenho, baseado também no nosso casario. É o desenho da nossa Igreja Anglicana, que é nossa conhecida aqui na cidade de Pelotas, que é a Igreja “Cabeluda” (...) Eu também sou aficionado por essa arte, né? Por este casario todo que nós temos. Então eu fiz um desenho, com lápis e folha de ofício, eu fui fazendo através do meu olhar (...) tive que inventar alguma coisa (...) essa é uma das minhas paixões!”



Índio - Auto retrato

“Esse aqui é um desenho que eu resolvi tirar de alguma coisa que eu vi, né? Por causa da internet (...) e aí eu fiz em homenagem a uma pessoa que é muito querida da gente, que é minha amiguinha Liamara (...) talvez baseado até na minha própria imagem, eu não sei, pode ser, né? Talvez seja até meu auto-retrato, talvez eu quisesse me enxergar dentro desse desenho.”

Reflexões sobre o ensaio de narrativa fotográfica:

O senhor Uilson gosta de desenhar, habilidade que desenvolveu no RETRATE e no CAPS Escola. Gosta de música, participa do grupo vocal Esperança e do grupo vocal Los Lokos. Gosta de teatro, foi o idealizador do grupo teatral na AUSSMPE – Mosaico da Alegria, e gosta também de compartilhar suas memórias. Narra com detalhes, é um contador de histórias que emociona.

Walter Benjamim em seu texto “O Narrador” baseia-se na obra do escritor russo Nikolai Leskov para fazer um reflexão acerca do desaparecimento do narrador: “São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente” (p. 197), assim, defende a tese de que a arte de narrar histórias está em extinção.

No decorrer de sua obra, o autor nos chama à atenção para o estreito e ingênuo laço que existe na relação entre o narrador e o ouvinte. Essa relação é dominada pelo

interesse em conservar o que foi narrado. Nesse ponto, entra a faculdade da memória, considerada por ele a mais épica das faculdades. O mais importante para um ouvinte totalmente imparcial, é assegurar a possibilidade de reprodução do que lhe foi narrado.

Fazer o exercício de narrativa visual com o Sr. Uilson não foi algo planejado. Conversamos muito sobre música e desenho; havia comentado com ele sobre a aventura de meus primeiros rabiscos em campo, desenhos que havia feito no jardim da extinta clínica Olivé leite, motivada pelo texto: Ensinando antropólogos a desenhar de Karina Kuschnir (2014), e ele sempre me motivando a continuar, a soltar a mão.



Desenhos que fiz na extinta clínica Olivé leite, como técnica para observação em campo.

Ressalto que, compartilhar aqui os desenhos amadoristicamente feitos em campo, exige um grande esforço de minha parte. Além do constrangimento em apresentá-los, sabedora de que me falta habilidade e técnica para o desenho, sinto-me

como em uma camisa de forças para desenvolver através da escrita, o que foi o devir criativo disparado pelo ato de desenhar. O desenho em campo, possibilitou uma observação mais leve, diminuindo a ansiedade em obter informações. Estar com o bloco de desenho era como estar com um amigo, um amigo atento, que me ajudava a olhar o que a visão não podia alcançar.

Senhor Uilson e eu há tempos queríamos nos encontrar para ele me mostrar seus desenhos, esperávamos um dia de sol para um café no Mercado Público. Quando o sol apareceu em uma das semanas mais frias do inverno de 2016, nos encontramos.

Enquanto ele me mostrava os desenhos pedi para fazer umas fotos, e ele aceitou. Assim, o ensaio acabou contemplando o exercício de narrativa visual com fotografias, além de alguns registros em vídeo. Encerramos a tarde degustando um doce tradicional de Pelotas acompanhado de um cafezinho.

As legendas de cada fotografia, com a fala do narrador, foram integradas num segundo momento, para subsidiar a leitura da narrativa visual. Ao transcrever e incorporar essas narrativas orais, percebi que esta narrativa visual não é composta somente pelo que se pode ver. Na escolha dos enquadramentos fotográficos, procurei variar os planos, acreditando, inicialmente, que adicionar legendas seria como tentar explicar a fotografia, e eu não queria isso. Posteriormente, compreendi que na narrativa visual aqui apresentada, brotam as fotos, as falas e os perceptos¹⁵ e afectos¹⁶ experimentados no fazer compartilhado do exercício, bem como na composição (montagem, desmontagem, remontagem) em tela branca, experimentada agora na composição textual.

Certamente o espectador que se deparasse com a fotografia que nos guiou não chegaria ao nível de abstração a que nos lançamos. Isso somente foi possível com a efetivação de um trabalho de campo sistemático do qual essa foto captou apenas uma situação, um momento. (MAGNI, 1995, p.148).

¹⁵ Conceito aqui utilizado em uma perspectiva Deleuziana, percepto enquanto conjunto de sensações e percepções que vai além daquele que a sente.

¹⁶ Afecto, aqui também com referência nas leituras em Deleuze, para distanciar-se da noção estreita de afeto (sentimento), conotando ao conjunto de sensações e percepções que podem ser por agradável similitude, mas principalmente pelo gosto da diferença, pelo tempero que corre nas contradições do caos.

Assim como Magni, acredito que a imagem não reflete, ela refrata, pude perceber assim, que as fotografias são, sobretudo vestígios, signos indiciais, tal como ensina DUBOIS (1994), em *O Ato Fotográfico*, mas nunca provas ou dados objetivos, conforme MARTINS (2011), em *O Impressionismo na Fotografia e a Sociologia da Imagem*. Realizando o exercício de narrativa visual junto ao Sr. Uilson, entendi que a fotografia não registra, mas sim cria um evento, uma relação. Neste sentido ela não captura, não prende, ela liberta sem dar nenhuma garantia. A fotografia sugere algo, penso, assim como MAGNI, que o trabalho do antropólogo seja restituir a vida desses vestígios.

Através do trabalho etnográfico que realizei junto à AUSSMPE, tive a oportunidade de “mergulhar” na dinâmica deste coletivo, e não estou sozinha nessa experiência. Já na primeira reunião que participei na Associação, experimentei muitas sensações, sentada junto a eles em um círculo na sala de multimídia. Ouvi debateram suas pautas, em meio ao som de risadas, palavras de ordem e do sininho que alertava para respeitar a vez de falar. Observava, atenta, a dinâmica de auto gestão do grupo, quando fui anunciada pela presidente da associação que coordenava a reunião:

“Agora vamos passar a palavra para a Rosi, a gente agradece a participação, antes de tu nos falar dos teus estudos, seria importante pra gente saber o que tu sentiu em estar aqui”. E eu, que, em muitos momentos da reunião senti o nó apertar na garganta de emoção, cai num choro! Todos me olharam espantados, fiquei alguns segundos com a fala trancada, até que o Sr. Zé e a Vanilda se levantaram e me abraçaram, de forma afetuosa lidaram com a minha emoção.

Depois de alguns minutos consegui dizer-lhes que o choro era de emoção, por admiração e respeito à eles, e que agradecia a acolhida calorosa da Associação. Dizer-lhes o que senti em estar ali, não foi possível com palavras. Pedi desculpas por ter “desabado” e ouvi da Liamara: “Tranquilo, aqui todo mundo, vez ou outra, se desmonta, é tudo louco!”

No dia relatado, quando cheguei em casa, não sabia como escrever no diário de campo o que havia acontecido. Como podia eu, assistente social, treinada a ouvir e lidar com a fragilidade alheia, ter desabado em choro diante de todos daquele jeito? Depois de rodear o caderno por horas, resolvi registrar em áudio, e chorei novamente. Levei algum tempo para perceber que aquele episódio, do qual me envergonhei por

dias, havia sido o mergulho, o meu rito de passagem (DA MATTA, 1984) na Antropologia, o ponto de mutação entre os múltiplos papéis que preciso exercer, ora como profissional do serviço social, ora como aspirante a antropóloga.

Com a certeza de que esse caminho não tinha mais volta e feliz pelo *sul*¹⁷ apontado na bússola, segui a navegação com o mesma interrogativa feita por Fabiana Bruno (2015, p. 406) “Pus-me a pensar: Quantas narrativas se pode fazer emergir de páginas ainda vazias?”

¹⁷ Aqui fazendo referência ao artista uruguaio Joaquín Torres García, que propôs olhar o mundo de outra perspectiva, invertendo o mapa disse: “Nosso norte é o sul”. Uma outra américa possível, salientando para valorização da américa latina.

3 “Loucos de atar”: uma etnografia da resistência

A expressão popular ‘loucos de atar’ sempre me causou desconforto, por remeter-se à utilização de camisa de força nos manicômios, para contenção dos internos. Em meu primeiro encontro formal com a AUSSMPE, quando apresentei a proposta de pesquisa, Sr. Zé falou sorridente: “Vais te dar bem aqui, nós já foi tudo *louco de atar*”. O interlocutor utilizou a frase com a intenção de me acolher, ainda assim martelava em minha cabeça o seu significado.

Sr. Zé não sabe afirmar por quantas internações psiquiátricas em confinamento institucional passou. Diz: “Aquilo não é lugar pra ninguém, ficar sozinho trancado deixa até gente sã doida. Depois não sabe porque que o cara fica violento”. Sr. Zé foi submetido a fortes contensões medicamentosas entre outros “tratamentos” invasivos, salienta que sente as sequelas deixadas por essas intervenções, quando diz: “O cara fica sem conseguir pensar direito, sabe? Sem conseguir falar (...) é uma porcaria”.

Junto de seus amigos - assim se refere aos demais integrantes da AUSSMPE - Sr. Zé reforça o quanto foi importante sua inserção no CAPS. “Ali que passei a ser tratado feito gente, eu achava que já nem era mais gente”.

Mais do que o significado que a frase traz, ‘conter o louco’, como poderíamos definir a loucura? “A loucura da loucura está em ser secretamente razão. E esta não loucura, como conteúdo da loucura, é o segundo ponto essencial a ressaltar a propósito do desatino. O desatino é que a verdade da loucura é a razão”. (FOUCAULT. 2010, p.207). Entendeu? Não? Pois é, Foucault e o cantor Tom Zé tem muito em comum, ambos explicam para confundir e confundem para esclarecer.

A classificação de doenças mentais pela medicina vem atribuindo os métodos de tratamento para cada uma delas. O que justificaria o confinamento? O perigo que o diagnosticado oferece a ele mesmo ou aos demais?

A regra para intervenção que obrigue ao confinamento ainda hoje não apresenta argumentos plausíveis. Sabemos que por longos períodos, em determinados contextos históricos, os manicômios (além de outras instituições totais) serviram de mecanismos para expurgar as pessoas que ofereciam resistência a regimes repressivos. Não raramente são identificadas pessoas que passaram por internação sem quaisquer comprovação de adoecimento ou sofrimento psíquico.

Quando contestamos uma lógica vigente, não nos adaptando ou subvertendo normativas sociais rígidas, estamos sob o olhar de vigia do regime que opera. Se parece conspiratório é porque talvez o seja. As relações de poder estão em uma trama muito mais complexa do que pode se identificar neste pequeno recorte estudado, mas é interessante perceber o quanto a temática da loucura e das redes de confinamento podem se apresentar como importantes analisadores na trama sócio-política-cultural.

Os associados, mesmo os que não passaram por internação (são poucos), manifestam entendimento dos mecanismos de tratamento utilizados em confinamento psiquiátrico. Não concordam, mas defendem a disponibilização de leitos psiquiátricos em hospitais gerais, e leitos de observação em unidades de pronto atendimento, quando salientam a importância de estrutura institucional para manejo de pessoas em crise psiquiátrica. Ou seja, o modelo ao qual solicitam é de cuidado em liberdade.

Em conversa com o Sr. Ivon, ele destacava problemas sérios identificados pelo CMSPEL em serviços de saúde mental, onde falta quase tudo, inclusive equipe de trabalho. Quando questionei, “O Sr. Acha que a reforma psiquiátrica deu certo?”, e ele respondeu imediatamente: “Sim, se estamos aqui é porque deu, mas ainda há muito no que avançar, não podemos dar um passo atrás”.

O uso da frase para a abertura deste capítulo (Loucos de atar) que fora inicialmente o título da dissertação, teve a intenção de problematizar ditos populares que reforçam estigmas sociais. No caso do Sr. Zé, falando a partir de sua experiência, mesmo reproduzindo um dito que estigmatiza, tem o intuito de denunciar, de resistir, uma contra-narrativa que se apropria e subverte a estigmatização sofrida por eles.

Neste sentido, o uso da palavra *louco* afirma uma identidade reivindicada, como exemplo, o uso deste termo em uma atividade de forte representação pela luta antimanicomial no estado, A Parada do Orgulho Louco, que acontece na cidade do Alegrete.

O conceito de resistência é bastante utilizado em muitas áreas do conhecimento, com significados diversos para o mesmo conceito. Na psicanálise, é amplamente trazido em textos freudianos, remetendo aos obstáculos colocados pelo paciente para impossibilitar o acesso terapêutico ao seu inconsciente, formas de boicotar o tratamento. Aqui o utilizamos com proximidade à teoria de Paulo Freire, que percebe as formas de resistência coletiva como disparadores para transformação da realidade, mesmo considerando que por vezes a adaptação seja necessária como mecanismo de luta enquanto a mudança não pode ser feita. Não define resistência como conformismo, mas sim como mola propulsora para revolução.

Este ano a Associação se viu novamente sob a contingência de não ter mais um local para encontro: a OSC, que oferece espaço à AUSSMPE, teria de trocar de endereço, pois não conseguia mais custear o aluguel. Novamente resistiram, mobilizaram-se e conseguiram espaço para seus encontros no novo endereço, agora na Rua Marechal Deodoro, 504, Bairro Centro.

Também a frase ‘Lembrar é Resistir’, contida no título desta dissertação, me foi dada por dois interlocutores, a Liamara e o Sr. Hélio, ela que afirma em uma assembleia da associação: “lembrar é resistir!” E ele que coloca em xeque a afirmativa quando ao final de seu relato de experiência me diz: “Mas lembrar pra que? Deixa o passado lá”. O ponto de interrogação se fez necessário, fiquei meses questionando se lembrar era resistir. Se não estaria eu sangrando feridas já cicatrizadas. A resposta veio a cada novo encontro.

O recurso metodológico para cada ida a campo consistia em roteiros flexíveis, não utilizei questionário, os roteiros serviam como uma bússola para navegação, garantiam somente coordenadas, os fiz em formato de esquemas, em um bloco pequeno, fácil para carregar junto ao corpo e que não causava desconforto aos interlocutores quando eu necessitava fazer alguma anotação. Além do roteiro carregava sempre algum instrumento para captação de áudio e registro em imagens.

Dessa forma não haviam perguntas prontas para provocar as narrativas, os depoimentos partiram dos interlocutores participantes, que sabendo da temática da pesquisa, espontaneamente, em grupo ou individualmente, contribuíam com suas narrativas orais, performáticas e imagéticas.

Sobre a experiência de internamento manifestaram-se de forma intensa, inclusive os mais tímidos confiaram a mim suas histórias, que mesmo doloridas por vezes, traziam afetos, romance e situações engraçadas. Em sua totalidade, fazem a crítica ao modelo manicomial, salientam que em algumas situações mais críticas não houve outra saída senão a internação, contudo manifestaram a revolta por terem seus direitos violados em período de confinamento. Trouxeram detalhes do cotidiano dentro dos hospitais psiquiátricos aos quais passaram, mesmo em instituições diferentes a rotina era igual. Mudando somente alguns detalhes nas instalações para alojamento, pois a abordagem dos profissionais, a alimentação oferecida e o tempo mínimo de confinamento se assemelhava.

As formas de registrar o vivenciado junto à Associação se fizeram por meio de diário de campo (escrito e áudio), vídeos, fotografias e desenhos. Este último como forma de disparar processos criativos para a escrita, bem como para provocar um olhar mais sensível para a observação.

Os depoimentos do período de internação não surgiram somente direcionados a mim, mas sim, inúmeras vezes, em ações de saúde mental, conferências, encontros e manifestações, em que relataram suas experiências, no microfone, para quem quisesse ouvir. Em mais de uma situação os vi nervosos, ansiosos porque iriam se pronunciar em públicos desconhecidos, em espaços grandes ou até mesmo na rua. Quando os questionava do porquê se propunham a compartilhar experiências dolorosas, as respostas vinham a afirmar o título dessa dissertação: precisavam comunicar o que vivenciaram para que a história não se repetisse. “Sabe, assim, dói mesmo, mas tem que acabar com isso, né? Quem cala consente, e a gente não se mixa!” (Resposta da Vanilda, em uma ação de rua, pós golpe, que reivindicava a anulação do impeachment da presidenta Dilma).

Nessa situação, lembrar é resistir? Acreditamos que sim.

3.1 A AUSSMPE e as manifestações FORA TEMER!

Este subcapítulo não tem a pretensão de aqui fazer uma análise política do atual processo de desmantelamento da democracia em nosso país, a partir do *impeachment* da presidente eleita, Dilma Roussef, e cujo cargo foi ocupado pelo então vice e atual presidente, Michel Temer. Entretanto, considero importante descrever, do ponto de vista da AUSSMPE, um pouco de como se deu o atravessamento em todos os aspectos da vida cotidiana, acadêmica e de trabalho, do que muitos analistas políticos da atualidade consideram como um golpe de Estado.

A AUSSMPE participa de importantes frentes de enfrentamento às condições políticas do país, protagonizando ações de rua e fazendo o chamamento em estabelecimentos de saúde e comunidades periféricas, alertando a população para retirada de direitos da qual estamos sendo vítimas.

De forma alguma esta escrita se presta a um texto panfletário. Ocorre que seria impossível a elaboração de uma etnografia que não considerasse o momento histórico ao qual estamos vivendo, e o modo como afeta a coletividade em estudo, como fica evidente pelo seu protagonismo em várias ações relacionadas a um modo político de resistência cidadã.

É o caso da parceria da AUSSMPE no projeto chamado Tenda do Afeto Popular, idealizado pelo grupo Povaréu Sul. Trata-se de um coletivo que objetiva oferecer espaços de diálogo e reflexão através de técnicas curativas alternativas, como Reike, aroma terapia, etc. Suas atividades vem incorporando várias ações comunitárias na cidade. Nos atos FORA TEMER!, tiveram forte expressão, tendo papel importante para chamamento das comunidades periféricas, bem como alertando com material informativo as propostas de retirada de direitos impostas pelo governo ilegítimo.



Nas imagens acima, pode-se perceber a habilidade dos associados em utilizar os recursos visuais para explicitar suas convicções, bem como publicizar a existência da Associação, de forma convidativa. Perceba que nem todas as imagens dispostas nesta dissertação portam legendas, pois adentram na escrita. Exercício aqui realizado na intenção de criar diálogo entre palavras e imagens.



Tenda do Afeto Popular no ato 8 de Março – 8M

A imagem acima faz referência a participação da AUSSMPE no dia de paralização das atividades de trabalho por parte das mulheres, no dia alusivo ao dia da mulher, como forma de protesto. O ato 8M, como foi intitulado a nível internacional, apresentou uma agenda para o dia em Pelotas, sendo: Audiência Pública na câmara de vereadores, reivindicando melhores condições de trabalho e renda as mulheres trabalhadoras; Marcha Mulheres em Luta Contra a Reforma da Previdência e a Tenda Feminista (a qual a Tenda do Afeto Popular incorporou) no centro da cidade.

Integrantes da Associação protagonizaram ainda importantes debates sobre o momento político vivenciado dentro do CMSPEL – Conselho Municipal de Saúde, onde ocupam cadeiras de representação civil para usuários de saúde mental e também da comissão fiscal do conselho, tendo significativa participação no controle social do município.

O protagonismo da Associação tem sido amplamente reconhecido, como descrito no livro Registros, fatos, escritos – memórias e histórias da reforma psiquiátrica: “Desde sua fundação, a AUSSMPE, tem tido um papel importante na articulação dos/as usuários/as dos serviços de saúde mental, na defesa e na conquista dos seus direitos”. (SILVA, Clarice. [et al.] 2016, p. 105).

Alguns encontros de planejamento, chamados pela organização da Frente Brasil Popular, me foram comunicados por integrantes da Associação. Estavam engajados, suas reuniões quinzenais continham pautas e informes sobre o que estava acontecendo no cenário político; falavam com mais propriedade sobre o assunto do que pessoas do meio acadêmico ou de trabalho onde eu transitava.

Não trago isso com espanto, mas para descrever o quanto foi gratificante a experiência etnográfica junto aos interlocutores, que foi muito além dos propósitos da pesquisa. Como trabalhadora, indignada com os retrocessos que nos atropelavam, aderi as paralisações nacionais, e sofri represália no ambiente de trabalho onde estava inserida, por minhas posturas que, paradoxalmente estavam em concordância com a pauta das organizações dos trabalhadores. Além de militar junto a eles, tive na sua organização, acolhida para meus anseios, enquanto trabalhadora. “A gente recebeu algo de muito bom, que é a auto estima. Aqui a gente tem um lema que é muito antigo, que é: um por todos e todos por um. Nossa finalidade é ajudar o próximo”. (Fala do interlocutor Uilson, em um de seus depoimentos em vídeos).

A AUSSMPE, assim como outras associações de usuários de saúde mental, tem como objetivo o fortalecimento de suas relações através do empoderamento e luta por cuidado adequado em saúde. No Brasil, assim como em outros países pode se identificar a semelhança nas estratégias de enfrentamento ao modelo asilar, como podemos observar no livro *O movimento de usuários em saúde mental nos Estados Unidos – História, processos de ajuda e suporte mútuos e militância*:

O movimento de usuários lutou e continua lutando pelos direitos humanos e civis. Nos anos 70, sua maior batalha foi contra os tratamentos forçados ou coercitivos: eletrochoque, encarceramento e isolamento, medicação forçada, etc. Os militantes reivindicavam direitos humanos iguais aos de outros cidadãos hospitalizados. Nos anos 80, reivindicaram através de serviços residenciais justos e iguais aos de outros grupos sociais, e representação dos usuários em todos os níveis no sistema de saúde mental. (WEINGARTEN, p. 41).

Vale destacar que a AUSSMPE é a única associação de usuários, composta somente por usuários, sem integrar profissionais, trabalhadores ou gestores de saúde mental. Comprovação identificada no encontro nacional de associações de usuários de saúde mental do Brasil, onde boa parte dos associados que se manifestavam não eram usuários de saúde mental. Segundo informação dos interlocutores.

4 Por uma antropologia compartilhada

Aqui ensaiamos uma antropologia compartilhada, essa prática de pesquisa que se fundamenta num compromisso ético e estético com os interlocutores com os quais compartilhamos a etnografia. Uma técnica que exige entrega e faz ansiar reciprocidade. Quando ela acontece, leva a autoconhecimento e à transformação de ambas as partes, pesquisadora e pesquisados.

Rouch (2003), ao filmar rituais africanos, vê a sua câmera como um catalisador de transe. A auto-transformação, nesse caso, ocorre em dois sentidos: Rouch catalisa o transe dos filmados e é afetado por eles, tendo de seguir a coreografia do ritual. Assim como o autor, eu me vi mergulhada no campo. Quando li pela primeira vez sobre antropologia compartilhada, percebi que já estava ensaiando junto aos interlocutores uma produção compartilhada, me sentia fazendo um estudo junto à pessoas e não sobre elas.

Quando conversado com os interlocutores da necessidade de autorização para uso de suas narrativas, imagens e acervo para pesquisa, ficou acordado que não faríamos uso de documentos por escrito. Trouxeram exemplos de pesquisa realizadas por estudantes da área da saúde que estagiam nos CAPS, que aplicavam questionários e sempre pediam para assinar um documento, mas que, para eles, isso não tinha muita validade, pois quase nunca tinham retorno das pesquisas. Portanto, não sabiam como haviam sido utilizados os dados que ofereciam. Inclusive alguns integrantes semi ou não alfabetizados relataram que se sentiam constrangidos pela limitação de leitura e escrita.

A autorização para o uso de suas imagens e narrativas orais foi autorizada em registro videográfico, em uma assembleia. Sempre que relatavam ou compartilhavam algum conteúdo em imagem ou texto que não queriam a publicação, me

comunicavam. Aconteceu somente duas vezes, pelo mesmo interlocutor, e como forma de cuidado, pois o que havia sido compartilhado, expunha outras pessoas.

A partir daqui buscarei criar um diálogo com Jean Arlaud, utilizando trechos de sua entrevista¹⁸ "O cinema é como uma dança", em que fala sobre suas produções cinematográficas, através da antropologia compartilhada:

Eu não posso considerar a aventura de um trabalho de campo e a aventura de um filme, sem que haja um consentimento absoluto. Sem que as pessoas que são filmadas embarquem na aventura que eu lhes proponho (...) eu preciso dessa colaboração. Dessa cumplicidade necessária.

Tive a sorte de mergulhar em um universo de pesquisa receptivo e propositivo. Toda via, há de se reconhecer que ao mesmo tempo que se vislumbra a potência de uma experiência compartilhada neste nível, também se exige um comprometimento maior, tendo em vista que a contrapartida de ambas as partes é fundamental. Os interlocutores me ofereceram todos os elementos para o andamento da pesquisa, foram acolhedores, e sua generosidade provocou em mim um excesso de cuidados na elaboração da escrita aqui apresentada.

Mesmo com suas autorizações, me vi exaustivamente preocupada em expô-los, contendo-me a trazer suas narrativas orais, por exemplo. O mesmo não acontece com a produção videográfica (em andamento), a composição em vídeo dá essa fidelidade, a agência com a lente da câmera parece disparar uma relação de intimidade e lealdade, que na escrita, sinto ainda não conseguir alcançar. Arlaud conta de como identifica os campos possíveis para suas produções e de suas implicações:

O grupo social que escolho filmar compartilham comigo e eu compartilho com eles a mesma preocupação. Dizem que há mais de trinta e cinco mil preocupações sobre o homem. Há o nascimento, há amor, há morte. Essas preocupações são compartilhadas. Não é porque eu sou um universitário que eu terei o monopólio de pensar melhor do que os outros. É um campo comum de reflexão com as pessoas. (ARLAUD, 2002).

¹⁸ Banco de imagens e efeitos visuais PPG Antropologia – UFRGS. Entrevistadores: Ana Luiza Carvalho, Cornélia Eckert, João Castelo Branco, Peri Carvalho e Rafael Devos. Entrevista gravada em julho de 2002. POA/RS. Link da entrevista disponibilizado na nota de rodapé 7.

Os nossos primeiros experimentos em vídeo deram-se nos encontros do Cine Mental, enquanto rodava o filme e durante o debate final, eu filmava. As vezes um ou outro se mostrava tímido, mas geralmente a câmera disparava o debate. Das vezes que fui para a atividade sem utilizar equipamentos para fotografia e vídeo, fui questionada, e percebi que as performances eram mais contidas, as falas mais curtas. Ao que tudo indica a lente da câmera desperta os sentidos e provoca movimento.

Eu não acho que se possa fazer antropologia sem uma relação de dom e contra dom (...) Pois não há uma metodologia em geral, há sempre um método adaptado a tal situação (...) Não posso acreditar em uma metodologia geral que funcione para tudo (...) é preciso inventar uma forma de abordagem. (ARLAUD, 2002)

A utilização de vídeo como ferramenta metodológica neste universo de pesquisa apresentou-se eficaz. A pouca intimidação inicial foi superada, inclusive por mim, que nunca gostei de aparecer em vídeos. Os equipamentos sempre circularam, eu não fico com a posse deles.

Prenunciando a crítica da Antropologia Pós-Moderna à autoridade do etnógrafo, único protagonista do discurso científico, o cineasta procurou “passar a palavra” aos nativos, associando-se a eles em projetos fílmicos compartilhados, movidos pelo desejo e pela aventura coletiva. Sem enquadrar o outro em categorias e identidades estanques, adequadas às pré concepções do pesquisador, o projeto rouchiano move-se pela partilha e fabricação de sonhos, capazes de transformar existências, mobilizar e contribuir para a organização e reterritorialização de indivíduos e coletividades. Em meio às adversidades das condições objetivas advindas do lugar que ocupam no modo de produção, a ficcionalização impõe-se como meio de desvelar a realidade. (MAGNI. 2014, p. 408)

As contribuições de Jean Arlaud e Jean Rouch, auxiliaram imensamente nas abordagens em campo. Quando comecei com a ideia de utilizar a câmera em circuito como método, me sentia insegura, tinha medo que desse impressão de desorganização, falta de critério ou planejamento para as abordagens em campo. Conhecer esses dois autores ofereceu subsidio e confiança para continuidade no experimento.

4.1 Cine Mental

Como já dito anteriormente, o Cine Mental, projeto promovido pela AUSSMPE, propõe sessões de cinema para seus associados e não-sócios, seguidas de debate. A escolha do filme é decidida nas assembleias e a busca é feita pelos associados, via internet, videotecas ou com amigos e familiares.

Procuram apresentar filmes relacionados à temática da loucura, para estimular a problematização, mas são abertos para outras sugestões. Gostam de filmes românticos e de comédia. Um dos momentos mais divertidos que tive junto a eles foi assistindo um filme do Mazzaropi.

No Cine Mental foi onde começou nossa aventura videográfica.



Na imagem acima, o momento de debate após vermos o documentário *Epidemia de Cores*, dirigido pelo antropólogo Mario Saretta.

Pude assistir cerca de seis filmes e participar de seus debates junto a AUSSMPE. Aqui me deterei em um encontro, sobre o documentário *Epidemia de Cores*, que retrata o cotidiano dos participantes e coordenadores de uma Oficina de

Criatividade ministrada no Hospital Psiquiátrico São Pedro, antigo hospício de Porto Alegre.

Este material está disponível na plataforma Taturana, mediante cadastro, que pode ser feito no próprio site. Nesta sessão do Cine Mental, participei de todas as etapas do processo, desde o planejamento, a escolha, a busca do filme, a instalação da sessão, assim como o registro audiovisual da assistência durante a projeção e após, ao longo do debate. Outro motivo que me fez eleger esta sessão para a etnografia deve-se a relevância dessa produção, não apenas pela sua temática e tratamento fílmico, mas também pela sua ampla veiculação. Ao disponibilizar acesso gratuito, ela circula por todo o país, gera reflexões importantes oportuniza que grupos organizados possam acessar e transmitir o filme em comunidades periféricas, com pouco acesso a produtos cinematográficos.

Havia comentado com o Sr. Ivon da disponibilidade do documentário na plataforma, mas eles já sabiam da produção e quiseram assisti-la. Fizemos o cadastro e logo foi autorizado para que fizéssemos o download. Agendamos na plataforma o dia que seria apresentado o filme na AUSSMPE e comprometemo-nos a uma devolutiva em vídeo, compartilhando o momento de debate na plataforma. Essa era uma exigência no cadastro.



Foto: Andressa Pereira

Na imagem anterior, o momento em que assistíamos ao final do documentário, percebe-se o espaço pequeno para acomodar todos os associados participantes, o

novo local cedido à Associação tem a mesma proporção de tamanho. Segue imagem abaixo:



Para a realização da sessão mencionada foram distribuídas algumas tarefas aos que se voluntariaram, ficando o Ivo responsável pela organização da sala; Santa Helena em fazer o café e a pipoca; Zé, Vagner e Ivon na instalação dos recursos multimídia; Ivon com apresentação da sinopse do documentário, bem como, a forma como foi acessado o conteúdo para transmissão e da necessidade de devolutiva com debate para a plataforma; Vanilda coordenou o debate; Andressa (minha colega e apoiadora da pesquisa) e eu ficamos responsáveis pelos registros em fotografia e vídeo, para posterior compartilhamento na plataforma Taturana.

A apresentação do documentário foi motivação para o maior número de depoimentos sobre internação psiquiátrica ao qual presenciei. Alguns chegavam a falar ao mesmo tempo, a necessidade de compartilhar com seus pares a experiência semelhante vivida atropelava as palavras. Contaram sobre internações no HEP, na Ala Eduardo Cortez, extinta Clínica Olivé Leite e no Amarelinho (na cidade vizinha, Rio Grande).

O filme provocou alguns depoimentos carregados de ressentimento, por reportar à experiências de confinamento, no entanto, o clima alegre e descontraído foi o que prevaleceu nesta sessão, como verificamos no diálogo da Paula com a Vanilda:

Paula - Lá no HEP sempre se foge, e é fácil de pular o muro.

Vanilda - E tu já pulou, Paula?

Paula – Eu já pulei!

Vanilda – Tá falando por experiência, então, né?! (risos)

Os experientes falam com naturalidade, pois narram o vivido, no entanto isso não ameniza a gravidade do que lhes foi causado. Os CAPS tiveram e tem influência importante na recuperação dos experientes. Sem a formação de rede de apoio e o plano terapêutico construído pelas equipes CAPS junto ao usuário, a maioria não conseguiria retomar o protagonismo de suas vidas. Períodos de longa internação provocam sequelas marcantes, fragilizam a capacidade de comunicação e interação social. Tratamentos invasivos, como a contenção medicamentosa, entre outros, roubam a autonomia dos experientes, deixam cicatrizes físicas, emocionais e sociais.

Alguns integrantes conhecem a instituição onde foi produzido o documentário, o que gerou uma discussão fundamentada em vivências pessoais sobre o assunto. Todos elogiaram o documentário, reconheceram no vídeo amigos militantes em Porto Alegre, emocionaram-se. Mas também fizeram uma reflexão crítica, apontando que a produção faz um recorte, em que é apresentado uma parte do Hospital Psiquiátrico, bonita e tranquila, frequentada por experientes que deram alta. Porém alertam, a parte de internação psiquiátrica ainda preserva vestígios do antigo manicômio, com pessoas em privação de liberdade. Salientam ainda que os Residenciais Terapêuticos, construídos no mesmo quadrante do Hospital São Pedro, estão em uma área de risco social e ainda com forte dependência institucional.

Assim como evidenciado no debate, podemos identificar uma insistente iniciativa do gestores públicos ou privados, em transformar espaços urbanos que foram cenário de violação de direitos em paisagens aprazíveis. É o caso proposto pelo governo de Minas Gerais, de construir um Memorial das Rosas no Cemitério da Paz, que serviu ao

antigo Hospital Colônia na cidade de Barbacena. Naquela instituição marcada pela barbárie no tratamento de internos, sobrepõe-se o discurso de “requalificar” o espaço em respeito à memória dos que lá sofreram.

Como salientado por Vanilda e reforçado pelos demais participantes da sessão, a única forma do Estado reparar o estrago que fez na vida de tantas pessoas em sofrimento psíquico é investindo na saúde pública, respeitando as portarias que garantem a reforma psiquiátrica, garantindo em cada território a ampliação da RAPS e obrigando os hospitais gerais públicos à disponibilização de leitos psiquiátricos para internação humanizada, como previsto na legislação. De outra maneira, essas ações patrimonialistas não passam de uma forma de mascarar feridas existenciais e urbanas, para que esqueçamos da violência legitimada pelo Estado.

4.2 Piuí: o trem apitou

Este item traz algumas experiências de campo junto à colega de Mestrado, Andressa Pereira, cuja pesquisa etnográfica trata das sensações descritas por pessoas ao ouvirem sons do trem. Ressalte-se que, em Pelotas, a rede ferroviária remonta ao século XIX e que, apesar do desmonte, em todo o Brasil, deste que foi o mais importante sistema de transporte da Modernidade, atualmente circulam alguns poucos trens de carga diariamente. Sob o título de “Sonoridades do trem na cidade de Pelotas – RS: Percepções e significados”, a busca de dados etnográficos do trabalho de campo de Andressa implicava em propor para diferentes pessoas ouvirem o áudio e comentarem sobre o som, atual, de locomotivas de carga e o da Maria Fumaça, que não mais existe no cotidiano da cidade

Andressa foi parceira desde o início do Curso de Mestrado, sensível em perceber minhas limitações e oferecer apoio, e também sincera e humilde em manifestar suas dificuldades com a própria pesquisa. Logo viramos uma dupla em campo, ela junto de mim, auxiliando na fotografia, vídeo, etc, e eu junto a ela, ajudando na abordagem de

interlocutores e gravação de áudio, dentre outras coisas. Ela, mais tímida e observadora; eu mais impulsiva e comunicativa, nossa experiência compartilhada enriqueceu a aprendizagem e amenizou o ambiente hostil que por vezes o meio acadêmico produz, ao estimular a competitividade com exigências produtivistas, que podem provocar nos estudantes comportamentos individualistas e vaidosos em excesso.

No decorrer do texto serão apresentados recortes das falas dos interlocutores em diferentes espaços e atividades, no intuito de convidar o leitor a também experimentar as sensações que o som do trem pode provocar.

Andressa e eu havíamos sido convidadas a participar de uma atividade nova que a AUSSMPE estava promovendo, chamada Dança das Cores. Gabriela, mentaleira¹⁹, parceira da associação, que é enfermeira de formação e especializada em dança-terapia, havia se voluntariado para dar as aulas. A atividade seria realizada no casarão oito²⁰ da prefeitura.

Falei para a Andressa levar os equipamentos de sua pesquisa, para ao final daquela atividade, abordarmos os participantes, ao que ela resistiu um pouco, mas aceitou. Por conta do mau tempo, compareceu somente uma associada, dona Sandra. Enquanto esperávamos por mais pessoas para começar a aula, perguntei para a Gabriela e para Sandra se elas aceitariam participar da pesquisa da Andressa. Ela explicou o propósito do estudo e ambas aceitaram no ato.

A seguir, trecho extraído de áudio e as fotografias do momento da abordagem.

Sandra: “Prefiro o outro, tá apitando! Eu gosto, até de Maria Fumaça eu andei. Só lembranças assim... que eu gosto!”

¹⁹ Novamente aqui utilizo este conceito, referido como identificação dos militantes na reforma psiquiátrica.

²⁰ Trata-se de um dos prédios tombados como patrimônio histórico de Pelotas, está localizado no entorno da Praça central Coronel Pedro Osório, próximo a Prefeitura Municipal de Pelotas. O local é utilizado para atividades culturais via SECULT – Secretaria de Cultura.



Sandra explicou que quando criança viajava de trem com a família, de Alegrete à São Gabriel.

Gabriela: “Esse barulho lembra da casa da minha vó, era numa esquina onde passava o trem, a gente ouvia lá do fundo e parecia que ia desmanchar a casa (risos). Eu ia dormir lá, eu achava o máximo, né? (...) Sensação muito boa, eu ia pra rua ver o trem passar”.



Não havia sala disponível para a atividade da Dança das Cores. Mesmo com a ameaça de chuva e somente três alunas, Gabriela optou por começar a aula, e fomos, então, para o pátio. No entanto, não demorou muito para chuva começar e acabar com a nossa festa. Recolhemos tudo, lenços coloridos, aparelhagem de som e entramos no casarão. Brincamos um pouco de tirar fotos em frente ao espelho, ensaiamos posições estranhas, rimos um bocado e nos despedimos.

Vale observar que houveram mais duas atividades de Dança das Cores, às quais não consegui liberação do trabalho para participar, porém a Andressa compareceu. O campo não era mais só meu, a etnografia estava compartilhada, agora de forma cada vez mais ampla. A partir daí, os associados passaram a ver Andressa como uma parceira, não mais como a colega que acompanhava a Rosi. A relação estabelecida foi além de qualquer expectativa minha, a Andressa não estava mais em anexo, estava dentro, etnografando junto.

Os estímulos propostos através da técnica são sonoros, sem implicar em maiores questionamentos aos interlocutores. Os comentários a estes estímulos sonoros, mesmo com alguns pontos em comum, remetem às experiência de vida de cada um, o que remonta uma memória afetiva ou um desconforto, implica em remontar territorialidades, com temporalidades, gostos e cheiros. Daí a importância do método utilizado pela colega, que provoca, mas não sufoca, sempre paciente com o silêncio, respeitando o tempo de cada pessoa processar as sensações disparadas pelas sonoridades.

Até esse dia Andressa havia realizado a pesquisa sempre individualmente. Com o áudio destas sonoridades reproduzidos em aparelho MP3, propunha para as pessoas escutarem e registrava a fala/reação dos interlocutores em gravação de áudio ou anotações. Perguntei se ela gostaria de fazer com um grupo de pessoas, com áudio para o coletivo, e ela disse que sim. Então sugeri que propuséssemos para os membros da AUSSMPE. Proposta feita, proposta aceita por unanimidade, lá fomos nós.

Após a conversa de uma sessão do Cine Mental, todos ainda sentados em um círculo, Andressa falou um pouco sobre seus estudos e colocou os áudios para o coletivo. As falas sobre o que sentiam não esperaram o término dos áudios, que foram reproduzidos mais de uma vez. Até os mais calados se manifestaram.

A seguir trechos extraídos dos áudios.

Vagner: Pessoal, não é que eu seja muito velho não, mas eu me recordo da Maria Fumaça. (Risos). Porque eu fui criado bem na beira dos trilhos, né? (...) Lá em Bagé (...) e bem na época que eu era pequenininho, que meus pais foram pra lá, já estavam abolindo a Maria Fumaça, fazia uma fumaceira. Mas depois eu já peguei a locomotiva, viajei de trem bastante, barulhinho idêntico inclusive, quando os vagões estão passando e depois quando eles estão se distanciando.

Quando perguntado como era o barulho, Vagner diz:

“Barulhinho assim como estivesse se movimentando os tornetes, né? Talalác, talalác, talalác, e vai se distanciando”

Ivo: “Pra mim a sensação - sabe? ela é meio assustadora, quando apita o sinal: ‘sai da frente que eu passo por cima’ - é essa mensagem que transmite pra mim”

Houve ainda muitas outras falas. Dona Santa Helena falou da perna mecânica do cantor Roberto Carlos, que segundo ela, foi por causa de um acidente de trem. O comentário gerou polemica e muitos risos.

Dona Angela nos falou de suas memórias de infância, quando vinha de trem de Rio Grande a Pelotas, onde o seu pai comprava peças de tecido para fazer roupas para toda a família, e que por isso eram motivo de deboche dos vizinhos, pois todos da família ficavam com as roupas iguais em cor e estampa. Também falou de sua experiência de trabalho na extinta Clínica Olivé Leite, onde monitorava os internos em isolamento, serviço ao qual mais tarde foi cliente por solicitação sua. Comentou sobre os pacientes que chegavam lá, trazidos de trem de outras cidades da metade sul, e que mais tarde, após o fechamento da Clínica, essa demanda era atendida pelo HEP.

A Vanilda avisou no início da atividade, que se retiraria para fazer tarefas da Associação. Ao final da atividade, nos encontrou no corredor e pediu desculpa por não participar da pesquisa da Andressa, explicando que tudo que se referia a trens lhe causava desconforto, pois associava ao suicídio, inclusive já tendo perdido pessoas próximas. O seu Zé entrou no papo e disse que suicídios por enforcamento eram muito mais frequentes, o que desencadeou o tema. Outros começaram a falar sobre suicídio,

e, surpreendentemente, todos tinham perdido pessoas próximas por este motivo, seja membros da família ou pessoas que conheceram nos serviços de saúde. Falaram de overdose de medicamentos e de conhecidos que tinham pulado de pontes.

Sobre ser uma experiência compartilhada com a Andressa, mesmo quando a acompanhava nas abordagens de sua pesquisa, inevitavelmente emergiram dados para a minha pesquisa. Compartilhar nossos campos de pesquisa só enriqueceu nossas etnografias. Mesmo com a utilização de roteiros para nortear nossas observações e abordagens, as reações e expressões dos interlocutores sempre extrapolavam nossas expectativas enquanto pesquisadoras. A receptividade dos interlocutores foi fundamental, resultado de uma confiança construída no cotidiano junto a eles.

Diversas vezes Andressa e eu compartilhamos material empírico, e leituras. Toda vez que achávamos qualquer conteúdo de imagens, textos, sonoridades, etc. que tivessem relação com as pesquisas, uma da outra, corríamos para trocar ideias. Quando eu ouvia o som do trem, não importava onde estivesse, ou o que estivesse fazendo, parava para tentar gravar o som no telefone celular.

Havia comentado com ela da relação do trem com os manicômios, antigamente, em várias regiões do país, era comum transportarem até as instituições de internamento as pessoas com adoecimento mental ou aquelas excluídas pela sociedade, por vexes faziam a viagem até acorrentadas. É o caso inclusive do que ocorria com aos que eram levados para o Hospital Colônia em Barbacena/MG, já citado no primeiro capítulo.

Recentemente, Andressa encontrou, em livro que lhe foi emprestado por um de seus interlocutores (ex-ferroviário), um trecho de uma entrevista que detalha a situação em nossa região. O livro de Humberto Calloni (2010), “Nos trilhos da história da Ferrovia: entrevista com Paulo Nilton de Carvalho” apresenta a vida de um ferroviário da nossa região, por meio de entrevista detalha de como era o trabalho e as relações construídas nos trilhos dos trens. A seguir, trecho do livro, em que o senhor Paulo (entrevistado) compartilha suas lembranças do vagão O54, que transportava pessoas com adoecimento mental para internamento no Hospital Psiquiátrico São Pedro, em Porto Alegre-RS.

P. Seu Paulo, mudando novamente de assunto, o senhor poderia falar agora um pouco sobre aqueles vagões que transportavam os loucos...

R. Como disse em algum momento, a ferrovia transportava de tudo: passageiros, animais, correspondências, enfermos, etc. Naquela época existia aquele hospital famoso – Hospital São Pedro, que era pra loucos, em Porto Alegre (naquela época não existiam essas Casas como tem hoje, com tratamentos para pessoas nervosas, em tudo quanto é cidade). Naquela época, como predominava o trem de passageiros, o trem para passageiros, o transporte dos loucos era complicado, principalmente daqueles loucos bastante furiosos, porque quando levavam para internar era porque não tinha mais solução em casa. Então, a ferrovia criou um vagão específico. Recebia muitos pedidos. Foi feito um vagão, nas oficinas, adaptado para transportar essas pessoas enfermas. E esse vagão tinha uma espécie de cela individual com beliche. Os vagões que transportavam os loucos, eu me lembro bem, tinham a letra O e o número 54. Era o famoso O54. Às vezes, quando tinha uma pequena discussão na ferrovia, por brincadeira se dizia: “Tu está ficando louco, acho que tu tá precisando que eu mande chamar o O54 pra te levar...”.

Mas naquela época, eu lembro, porque fui telegrafista na linha Santa Maria – Porto Alegre, onde era o último trecho que passava aquele vagão, a maioria dos loucos vinha predominantemente de Santa Rosa. A gente se perguntava por que vêm mais loucos de Santa Rosa e diziam que era porque tinha uma influência da carne de porco.

O transporte de loucos no vagão O54 era feito mediante uma requisição, através das prefeituras e das secretarias de saúde do estado, até porque o estado era dono da ferrovia e aí, quando tinha uma lotação que correspondia ao recolhimento que passava por Santa Rosa, Santo Ângelo... esse vagão vinha vindo pegando onde estavam esses loucos.

P. Então, Seu Paulo, a responsabilidade pelo cuidado com os loucos era do Estado.

R. Até 1950 era do Estado mas, em 1960, começou a predominar a RFFSA. Nessa época a sociedade já tinha evoluído muito. Havia mais automóveis, ambulâncias e mesmo mais hospitais para o cuidado do louco. Mas até o início da década de 1960 ainda corria esse vagão.

O vagão O54 tinha celas individuais para cada louco. Essas celas eram gradeadas, com um corredor entre elas. O louco vinha sempre acompanhado com dois soldados e um camareiro, que tinha uma cabine para dormir e fazer as refeições para os loucos.

P. É interessante como o senhor se lembra de tantos detalhes. Por isso, vou abusar um pouco e perguntar se o senhor recorda qual a origem social predominante dos loucos do O54.

R. A maioria era agricultor, mas também trabalhadores em geral. Eu acho que quem tinha dinheiro levava seus parentes loucos em carros particulares e até de teco-teco, esses aviõezinhos muito comuns na fronteira, porque os fazendeiros usavam muito esse meio de transporte. Em 1948, quando o pai foi agente em Conde de Porto Alegre, os fazendeiros iam de teco-teco. Já o transporte dos loucos pela ferrovia era para uma classe mais pobre.

Em cada vagão tinha uma planilha onde era discriminado o que era transportado. Como normalmente se lidava só com mercadorias, em relação aos loucos tenho pouca informação de como essa planilha era preenchida. (2010, p. 169, 170).

O trecho da entrevista corrobora para o que se evidencia ainda hoje em saúde pública, no que tange à responsabilidade do Estado no cuidado a pessoas com sofrimento psíquico. Estou me referindo para além do diagnóstico e tratamento, pois pessoas pobres sofrem não só pelo adoecimento, mas pela condição que lhes é dada para manutenção da vida. O estudo para esta dissertação tem um recorte: a loucura e as redes de confinamento, mas assim como para outros temas, o pano de fundo é o mesmo: a luta de classes. Para Souza, (2016, p. 56),

A classe social é uma construção socioafetiva que se dá desde o berço no horizonte familiar. Como não existe a “família” no singular, já que cada classe social possui um padrão de socialização familiar distinta, serão essas diferenças de socialização familiar pelo pertencimento de classe que possibilitarão, mais tarde, um acesso ao mercado de trabalho em faixas distintas de renda.

Na entrevista citada, assim como nos resultados da pesquisa para esta dissertação, percebe-se o perfil das pessoas que foram transportadas, confinadas e tratadas sem condições de dignidade humana, são eles: trabalhadores e trabalhadoras pobres. O sofrimento mental tem marca da classe social a que o sujeito pertence. Pessoas que vivem sem o mínimo para o desenvolvimento saudável - moradia, alimentação, educação, saneamento básico, segurança e condições adequadas para o trabalho – ficarão doentes, é inevitável. “Todas as chances dos indivíduos na competição da vida social vão depender das oportunidades que sua origem de classe, transmitidas pela socialização familiar, lhe abrem e fecham”. (Souza, 2016, p. 58).

É fato que pessoas com poder aquisitivo maior também adoecem, mas em quantidade equivalente a sua classe rica e dominante, e com os privilégios no acesso a tratamento privado, tendo em vista que não tem de se sujeitar as condições precárias oferecidas por serviços públicos.

Não estou de forma alguma negando que pessoas com poder aquisitivo maior também passam por tratamentos desumanos, inclusive identifica-se que as internações compulsórias são na maioria solicitadas por famílias burguesas. Contudo, há de se perceber que as famílias mais abastadas, ao menos neste caso, tem escolha. De outro lado, as camadas populares tem de sujeitar-se à falta de acesso a recursos e à exploração de suas capacidades.

A reflexão aqui feita não desconsidera os avanços em estratégias para o cuidado em saúde pública, somente denuncia que os trabalhadores dessa área atuam com estruturas, ferramentas e formação sucateada, e isso é responsabilidade do Estado. Tivemos a oportunidade de experimentar, no Brasil, a terceira governança de um projeto popular, que avançava em políticas públicas, mas fomos golpeados pela grande mídia, pelos segmentos sociais e políticos hegemônicos e por um Poder Judiciário corrompido, todos a mando da elite carrasca comprometida com as forças neoliberais. Devemos perceber e denunciar o retrocesso galopante pelo qual passamos no cenário político-econômico brasileiro da atualidade, do contrário estaremos de enfeite.

Andressa e eu tivemos a oportunidade de conviver com os integrantes da AUSSMPE em espaços de manifestação e luta política, como já descrito em capítulo anterior. Pode-se questionar se houve êxito nas manifestações pós golpe, se estas manifestações também não foram conduzidas as sombras, pela grande mídia; porém é inegável a contribuição destas experiências coletivas para uma reflexão maior agora.

E como diz o seu Zé: “Não tá morto quem peleia!”

4.3 Oficinas de vídeo-carta: restituição e construção do porvir

A ideia de propor a elaboração de uma vídeo-carta junto à Associação veio da orientadora, inspirada pela leitura do texto: Vídeo-carta “Carta de Porto Alegre” de Janaína Beckler (2004). A seguir trecho do texto que explica a proposta:

A idéia desse vídeo nasceu de uma correspondência insinuada entre os moradores de rua realizadores do jornal Boca de Rua, de Porto Alegre, e os vendedores da revista OCAS de São Paulo. O contato entre os grupos aconteceu, principalmente, durante o III Fórum Social Mundial, mas antes disso o Boca de Rua já conhecia a revista OCAS e no final do ano de 2002 estava de viagem para São Paulo e perguntei se gostariam de saber algo dos vendedores da revista. Fizeram um questionário longo, onde o imaginário sobre a cidade de São Paulo apareceu. Chegando lá, encontrei com os vendedores da OCAS, mas havia esquecido o questionário e tive a idéia de levar adiante a correspondência. Propus que fizéssemos o vídeo sobre a cidade de Porto Alegre, que ganhou o nome “Carta de Porto Alegre”.

A sugestão da orientadora foi motivada por meus relatos de campo, principalmente sobre os encontros do Cine Mental e sobre os ensaios videográficos junto a associação. Havia comentado da habilidade deles em utilizar recursos imagéticos para compartilhamento das ações promovidas pela AUSSMPE em suas redes sociais. Relatei também que representantes da associação compareciam a assembleias de usuários nos CAPS, para convidá-los a conhecer a AUSSMPE, buscando novos associados. Porém, eventualmente tinham dificuldade de apresentar a proposta da associação e suas atividades oferecidas, seja por vergonha ou por falta de um recurso visual/informativo que desse suporte ao convite.

Daí surgiu a ideia de oferecer uma restituição maior da presente pesquisa: a partir de oficinas de vídeo, construiríamos uma vídeo-carta para apresentação/convite nos CAPS. A associação não só aceitou a proposta, como passou a incorporar o planejamento das oficinas em suas pautas nas assembleias.

Assim como na proposta de Beckler, não temos a intenção de descrever a AUSSMPE, mas sim de oferecer o olhar de seus associados sobre a associação.

Realizamos duas oficinas, com os equipamentos do LEPPAIS²¹, e conduzidas por Glenio Rissio e Andressa Pereira, além de mim. Os associados Natália e João operaram as câmeras com destreza após nossa rápida instrução. Os demais associados, presentes nos dois encontros, falaram de suas experiências junto a AUSSMPE.

²¹ Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som da Universidade Federal de Pelotas. O laboratório é coordenado pela Profa. Dra. Cláudia Turra Magni. O mesmo ofereceu suporte e assistência em todas as etapas da pesquisa e de elaboração desta dissertação.



João e Natalia em ação, na oficina para a realização de uma vídeo-carta

Foi fundamental o apoio e participação do Glenio Rissio, um dos fundadores da Radio Com, figura que tem reconhecimento pelo ativismo na área da cultura, identificado pela população por estar em praticamente todas as atividades culturais populares da cidade. Sempre com sua câmera Canon - que tem um suporte para manejo criado por ele mesmo - pronto pra registrar, e sempre disponível para compartilhar. Atualmente ingressou no Bacharelado em Antropologia da UFPEL, acontecimento comemorado na AUSSMPE, em uma das oficinas de vídeo-carta.



Glenio e Andressa nas filmagens

O Glenio e a Andressa tem sido parceiros incansáveis na realização deste projeto de vídeo-carta. Infelizmente não conseguimos concluir as filmagens a tempo da conclusão dessa dissertação, por diversos motivos: carga excessiva de trabalho, minha e do Glenio, conciliação de nossos projetos com o trabalho, o que tornou a tarefa difícil, prejudicada ainda mais, por dificuldade em conseguir agendar o espaço na OSC para o término das filmagens.

Outro impeditivo para concluir a vídeo-carta nos entristeceu em especial, o falecimento de Vanilda Silva, Presidente da Associação. Nos últimos anos Vanilda lutava bravamente contra o adoecimento por câncer no pâncreas, partiu no dia quatro de junho de 2017, deixando muita saudade e um legado de luta, para que sigamos adiante.

Em nossas últimas conversas por telefone (pois já encontrava-se bastante debilitada, com restrições para receber visitas) combinávamos os roteiros para a realização das oficinas de vídeo-carta; encerrava as conversas com um: “Logo tô de volta”. Infelizmente, Vanilda não pode participar presencialmente das oficinas, mas mesmo de longe, sua liderança tinha forte influência sobre os planejamentos.

Os últimos acontecimentos afetaram sobremaneira a continuidade das oficinas por ora, mas o desejo em retomar o projeto tem se manifestado por parte dos interlocutores. Assim, logo retomaremos as atividades da oficina e passaremos à edição dos vídeos, que serão feitos com o apoio do LEPPAIS.

A experiência de filmar e ser filmada, de fotografar e ser fotografada, de observar e ser observada, ampliou o olhar etnográfico. Compartilhamos cada momento de forma intensa, presenciamos e sentimos juntos a dor de cada despedida. Daí explica-se a dificuldade de traduzir em um texto científico os resultados de uma pesquisa que implicaram em afecção própria à que Favret-Saada (1990) relata em sua etnografia sobre a bruxaria na Europa contemporânea. Solidarizo-me com Jean Arlaud (2017) quando afirma que “Não faria antropologia se não fizesse cotidianamente um questionamento do olhar que eu porto sobre o mundo”.

Considerações finais

Pensar no caminho percorrido até aqui me faz perceber o quanto aprendi, mesmo com os obstáculos, incluindo aqueles colocados por mim mesma – talvez estes são os piores.

Tive a possibilidade de encontrar e reencontrar pessoas que tenho forte admiração, que me abriram os olhos para um universo que não conhecia. Mesmo que a vontade inicial de pesquisa, tenha sido alimentada por um olhar mais sensível a causa da reforma psiquiátrica, muitas novidades neste campo me foram apresentadas.

Todavia a de se considerar que a temática da loucura é analisada a séculos, portanto, no campo científico apresenta vasto arcabouço teórico. Os resultados obtidos com a pesquisa realizada, demonstram particularidades de um território delimitado, por isso restringe a obtenção de conhecimento a esse recorte geográfico.

A hipótese confirmada com este estudo é a da permanência do modelo asilar na internação psiquiátrica em Pelotas. Antes feita por levantamento junto a rede de serviços, apresentada no ante projeto para seleção no mestrado, e confirmada na realização da pesquisa, presente nas narrativas dos interlocutores, que denunciam as formas de tratamento utilizadas em confinamento institucional.

O que se verificou como um elemento novo no discurso, foi a defesa de ampliação da capacidade para atendimento de internações psiquiátricas, preferencialmente em hospitais gerais públicos, obviamente. Justificando-se na necessidade de cuidado e manejo da crise psiquiátrica, técnica ainda pouco utilizada em serviços da RAPS. Evidenciando a contradição na luta pela reforma psiquiátrica, um discurso que é gerado e legitimado na fala dos interlocutores, por uma necessidade eminente que não é sanada na operacionalização de uma política pública, que a décadas prevê cuidado integral em liberdade.

Acredito que de forma simples o texto apresenta os processos vividos, as ferramentas metodológicas utilizadas e os resultados obtidos, de maneira a apontar caminhos para ampliação deste estudo. No entanto, fica o sentimento de não ter conseguido através da escrita, apresentar o conhecimento produzido junto aos interlocutores.

Os recursos obtidos através da antropologia da imagem subsidiaram o experimento etnográfico, promovendo uma relação dialógica em campo e estimulando para uma produção imagética. Os exercícios com fotografia e vídeo junto aos interlocutores e parceiros da pesquisa, tornaram possível uma construção do conhecimento compartilhada.

Os desafios em realizar uma etnografia junto a um coletivo de resistência foram tão evidentes quanto o de produzir um texto acadêmico com o uso de imagens. Observar um campo tensionado fortemente por relações de militância e políticas públicas no contexto político ao qual vivemos atualmente, exigiu esforços de reflexão constantes. Certa de que o empenho na descrição de diário de campo e demais registros, bem como o esmero em detalhar os processos vividos nesta dissertação, não dão conta do conhecimento produzido no campo estudado. Ficando o questionamento se poderia contar melhor o que aqui lhes contei.

Mesmo que algumas hipóteses iniciais tenham sido confirmadas no decorrer do estudo, é possível que ao terminar a leitura, tenhamos mais perguntas do que respostas, afinal, o método etnográfico não serve para confirmações rígidas, cartesianas, e sim para estimular: a observar, a participar, a questionar, e a descrever.

O protagonismo da AUSSMPE apresenta-se inclusive na recusa pelo anonimato neste escrito, sua escolha por identificação enquanto coletivo e autorização para a utilização de seus reais nomes nas narrativas aqui transcritas, demonstram a participação dos interlocutores na composição destas linhas, enquanto coautoria. Portanto, em resposta ao questionamento anterior, acredito que contamos assim, porque assim foi possível traduzir o vivido.

O interesse de pesquisa, se deu motivado pelas tensões observadas na realidade social a qual estava inserida, por intermédio do trabalho como assistente social e pela militância em saúde mental. Este interesse foi ampliado pelo olhar

etnográfico e pode ser resignificado num porvir. Todavia, se ressalta que a vontade deste estudo foi disparado pelo engajamento a uma causa, e fortalecido pelo “mergulho” etnográfico junto aos interlocutores em suas lutas cotidianas.

A memória quando utilizada como mecanismo de resistência cria conexões poderosas. Lembrar é resistir. Vivemos um momento onde um número gigantesco de pessoas parece se ausentar do enfrentamento necessário para garantia de direitos já conquistados, transferindo a responsabilidade da luta social a representantes individuais, negando processos históricos que se repetem. Estar conectada a um coletivo engajado me fez mais forte. Agora devemos resistir para prosseguir.

Referencias:

ACHUTTI, L. Fotoetnografia da Biblioteca Jardim. Porto Alegre: Livraria Tomo Editorial/UFRGS editora, 2004.

ANDRADE, Ana Paula Müller. Sujeitos e(m) movimentos: [tese doutorado]: uma análise crítica da reforma psiquiátrica brasileira na perspectiva dos experientes. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. UFSC, 2012.

ARBEX, Daniela. Holocausto Brasileiro. São Paulo: Geração editorial, 2013. 27, 51p.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BECKLER, Janaína. Texto: Vídeo-carta “Carta de Porto Alegre”. Porto Alegre: Jornal Boca de Rua, 2004.

BHABHA, Homi. O local da cultura. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2010.

BRUNO, Fabiana. Posfácio: Imagem, sopro de um abismo narrativo. Vida & grafias: narrativas antropológicas, entre biografia e etnografia. Org. KOFES & MANICA. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2015. 406p.

CALDEIRA, Teresa. A presença do autor e a pós-modernidade na antropologia. Novos Estudos, n.21 – julho de 1988. P.133-157

CALLONI, Humberto. Nos trilhos da história da Ferrovia: entrevista com Paulo Nilton de Carvalho. Rio Grande: Editora da FURG, 2010. 169, 170p.

DA MATTA, Roberto. Trabalho de Campo. In: Relativizando: uma introdução à Antropologia Social. Petrópolis: Vozes, 1984.

DEVOS, Rafael Victorino. “Filmes de memória” como hipertextos. Revista Chilena de Antropologia visual. Santiago, nº 10, Dez, 2007.

DUBOIS, Philippe. O Ato Fotográfico E Outros Ensaaios. Campinas: Papyrus, 1998.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Être Affecté. In: Gradhiva: Revue d’Histoire et d’Archives de L’Antropologie, 1990. 160p.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas da etnografia ‘em casa’. Teoria e Cultura, Juiz de Fora, v.2/n.1 e 2, 2008. 40p.

FOUCAULT, Michel. História da Loucura. São Paulo: Perspectiva, 2010. 207p.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. 118p.

GOFFMAN, Erving. Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 13p.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Editora revista dos tribunais LTDA, 1990. 85, 90p.

KUCSHNIR, Karina. Ensinando antropólogos a desenhar: uma experiência didática e de pesquisa. Cadernos de arte e antropologia, Rio de Janeiro, Vol.3, nº 2/2014, p. 23-46.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia, entre patrimônio e museus. Ponto Urbe [Online], v. 13, 2013. 5p.

MAGNI, Claudia T. O uso da fotografia na pesquisa sobre habitantes de rua. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 141-149, jul./set. 1995.

MAGNI, Claudia T. A propósito da cartovideografia sociocultural Lá do Leste. Rev. Inst. Estud. Bras., São Paulo, n. 59, p. 405-410, dez. 2014.

MARTINS, José de Souza. O Impressionismo na Fotografia e a Sociologia da Imagem.

In: Sociologia e da Fotografia e da Imagem. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIRA, Chéli. Clínica Olivé Leite: História oral e memória em uma narrativa do médico psiquiatra Dr. Sergio Olivé Leite. 2012. 34f. Monografia (Graduação em História) –

Faculdade de História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

ROUCH, Jean. On the vicissitudes of the self: the possessed dancer, the magician, the sorcerer, the filmmaker, the ethnographer. In: FELDS, S. (org). Cine-ethnography: Jean Rouch (Visible evidence vol. 14). Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

SAID, Edward W. Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

SAMAIN, Etienne. “Ver” e “Dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. In: Horizontes Antropológicos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, nº2, p. 19-49. SAMAIN, Etienne. Balinese character (re)visitado. In: Alves, André. Os Argonautas do Manguê. São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

SILVA, Clarice. [et al.]. Registros, fatos, escritos: memórias e histórias da reforma psiquiátrica. Curitiba: Appris, 2016. 105p.

SOUSA, Ana Cristina. Arqueologia da Paisagem e a Potencialidade Interpretativa dos Espaços Sociais. HABITUS | Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia | Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v. 3, n.2, jul/dez. 2015. 297p.

SOUZA, Jessé. A Radiografia do golpe: entenda como você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa Editora LTDA, 2016. 56, 58p.

WEINGARTEN, Richard. O movimento dos usuários em saúde mental nos Estados Unidos: História, processos de ajuda e suporte mútuos e militância. Instituto Franco Basaglia. 41p.